



**RELATÓRIO DA  
CONTA DE GERÊNCIA  
DA ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA  
2019**

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2019



# **RELATÓRIO ANUAL**

## Gerência de 2019



**XIII LEGISLATURA**  
**1 de janeiro a 24 de outubro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

José Manuel de Matos Correia

Jorge Lacão Costa

José Manuel Marques da Silva Pureza

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão – de 1/1 até 10/1/2019

Sandra Maria Pereira Pontedeira - a partir de 11/1/2019

Moisés Salvador Coelho Ferreira

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro

Vice-Secretários da Mesa

Emília de Fátima Moreira dos Santos

Pedro Filipe dos Santos Alves

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Sandra Maria Pereira Pontedeira – de 1/1 a 10/1/2019

Ana Sofia Ferreira Araújo - a partir de 11/1/2019



Conselho de Administração

Pedro Augusto Cunha Pinto  
Presidente

Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Representante do GP do PS

Maria Manuel de Almeida Rola  
Representante do GP do BE

João Guilherme Nobre Prata Fragoso  
Rebello  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares



**XIV LEGISLATURA**  
**25 de outubro a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela

Fernando Mimoso Negrão

José Manuel Marques da Silva Pureza

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Nelson Ricardo Esteves Peralta

Ana Cristina Cardoso Dias Mesquita

Vice-Secretários da Mesa

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Ana Sofia Ferreira Araújo

Helga Alexandra Freire Correia

Lina Maria Cardoso Lopes



Conselho de Administração

Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Presidente

José Maria Lopes Silvano  
Representante do GP do PSD

Isabel Cristina Rua Pires  
Representante do GP do BE

Duarte Le Falher de Campos Alves  
Representante do GP do PCP

João Rodrigo Pinho de Almeida  
Representante do GP do CDS-PP

André Lourenço e Silva  
Representante do GP do PAN

Mariana da Conceição Pereira da Silva  
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários  
Parlamentares

### Glossário

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>ANCV</b>      | Assembleia Nacional de Cabo Verde  |
| <b>ANSTP</b>     | Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe                                 |
| <b>APCE</b>      | Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa                               |
| <b>AP-CPLP</b>   | Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa       |
| <b>AP-UpM</b>    | Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo                        |
| <b>APM</b>       | Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo                                     |
| <b>APNATO</b>    | Assembleia Parlamentar da NATO   |
| <b>APOSCE</b>    | Assembleia Parlamentar da OSCE   |
| <b>AR</b>        | Assembleia da República  |
| <b>ARM</b>       | Assembleia da República de Moçambique                                      |
| <b>ASG – PLP</b> | Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa          |
| <b>ASG – UIP</b> | Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar                |
| <b>BE</b>        | Bloco de Esquerda  |
| <b>CADA</b>      | Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos                          |
| <b>CEGER</b>     | Centro de Gestão da Rede Informática do Governo                            |
| <b>CDS-PP</b>    | Centro Democrático Social – Partido Popular                                |
| <b>CFBD-ADN</b>  | Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN                 |
| <b>CFSIRP</b>    | Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa |
| <b>CFSIIC</b>    | Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal       |
| <b>CH</b>        | CHEGA  |
| <b>CID</b>       | Comissão Independente para a Descentralização                              |
| <b>CJP</b>       | Conselho dos Julgados de Paz   |
| <b>CNE</b>       | Comissão Nacional de Eleições  |
| <b>CNECV</b>     | Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida                        |
| <b>CNPD</b>      | Comissão Nacional de Proteção de Dados                                     |
| <b>CNPMA</b>     | Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida                      |
| <b>DAR</b>       | Diário da Assembleia da República  |
| <b>DR</b>        | Diário da República  |
| <b>DURP</b>      | Deputado Único Representante de Partido                                    |
| <b>EA</b>        | Entidades Autónomas  |
| <b>ERC</b>       | Entidade Reguladora para a Comunicação Social                              |
| <b>FPIA</b>      | Fórum Parlamentar Ibero-americano  |
| <b>GDP</b>       | Grupo Desportivo Parlamentar   |
| <b>GP</b>        | Grupo Parlamentar  |
| <b>GR%</b>       | Grau de Execução (percentagem)   |
| <b>IL</b>        | Iniciativa Liberal   |

|                |   |
|----------------|---|
| <b>L</b>       | LIVRE   |
| <b>LOFAR</b>   | Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República                                      |
| <b>Me-CDPD</b> | Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência" |
| <b>NATO</b>    | Organização do Tratado do Atlântico Norte   |
| <b>OAR</b>     | Orçamento da Assembleia da República  |
| <b>OE</b>      | Orçamento de Estado   |
| <b>OSCE</b>    | Organização para a Segurança e Cooperação na Europa   |
| <b>OTI</b>     | Observatório Técnico Independente   |
| <b>PAR</b>     | Presidente da Assembleia da República   |
| <b>PCP</b>     | Partido Comunista Português   |
| <b>PEV</b>     | Partido Ecologista "Os Verdes"  |
| <b>PLC</b>     | Processo Legislativo Comum  |
| <b>PNTL</b>    | Parlamento Nacional de Timor-Leste  |
| <b>PS</b>      | Partido Socialista  |
| <b>PSD</b>     | Partido Social Democrata  |
| <b>SAR</b>     | Serviços da Assembleia da República   |
| <b>SIGAR</b>   | Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República  |
| <b>SNC-AP</b>  | Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas  |
| <b>UIP</b>     | União Interparlamentar  |
| <b>VAR%</b>    | Varição da Execução (percentagem)   |

## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>                       | <b>12</b> |
| <b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>                             | <b>14</b> |
| 1.1 OAR 2019   | 14        |
| 1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2019                                 | 18        |
| <b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>                             | <b>23</b> |
| 2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES                | 26        |
| 2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES                                    | 27        |
| 2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS                      | 29        |
| 2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES                               | 30        |
| 2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS                                      | 31        |
| 2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES                              | 32        |
| <b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>                                  | <b>33</b> |
| 3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS                                 | 34        |
| 3.2 FORMAÇÃO   | 35        |
| 3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO                        | 36        |
| 3.4 FUNCIONAMENTO  | 39        |
| <b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>                                  | <b>42</b> |
| <b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>                          | <b>44</b> |
| 5.1 BILATERAL  | 44        |
| 5.2 MULTILATERAL   | 45        |
| <b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>                 | <b>45</b> |
| <b>7. INVESTIMENTOS</b>  | <b>48</b> |
| 7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2019                           | 48        |
| 7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2020                             | 50        |
| <b>8. FINANCIAMENTO</b>  | <b>51</b> |
| 8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS  | 51        |
| 8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS  | 53        |
| <b>9. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>                                  | <b>54</b> |
| 9.1 DAS DESPESAS   | 54        |
| 9.2 DAS RECEITAS   | 57        |
| <b>10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b> | <b>59</b> |
| <b>NOTA FINAL</b>  | <b>67</b> |



## Índice de Quadros

|                  |  |           |
|------------------|--|-----------|
| <b>QUADRO 1</b>  | ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2019   | <b>17</b> |
| <b>QUADRO 2</b>  | SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL   | <b>18</b> |
| <b>QUADRO 3</b>  | SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS | <b>19</b> |
| <b>QUADRO 4</b>  | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES   | <b>19</b> |
| <b>QUADRO 5</b>  | EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL  | <b>21</b> |
| <b>QUADRO 6</b>  | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”   | <b>24</b> |
| <b>QUADRO 7</b>  | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”  | <b>25</b> |
| <b>QUADRO 8</b>  | EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES   | <b>29</b> |
| <b>QUADRO 9</b>  | EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS                       | <b>32</b> |
| <b>QUADRO 10</b> | QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS DESPESAS   | <b>33</b> |
| <b>QUADRO 11</b> | ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”  | <b>33</b> |
| <b>QUADRO 12</b> | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”  | <b>34</b> |
| <b>QUADRO 13</b> | ATIVIDADE EDITORIAL 2019   | <b>43</b> |
| <b>QUADRO 14</b> | EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO  | <b>48</b> |
| <b>QUADRO 15</b> | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS  | <b>49</b> |
| <b>QUADRO 16</b> | PROJETOS DA AR COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2020  | <b>51</b> |
| <b>QUADRO 17</b> | EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES  | <b>52</b> |
| <b>QUADRO 18</b> | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES   | <b>53</b> |
| <b>QUADRO 19</b> | EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)                                       | <b>55</b> |
| <b>QUADRO 20</b> | ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2020 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)   | <b>56</b> |
| <b>QUADRO 21</b> | EVOLUÇÃO DAS RECEITAS  | <b>57</b> |
| <b>QUADRO 22</b> | GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2019  | <b>58</b> |



## Índice de Gráficos

|                   |  |           |
|-------------------|--|-----------|
| <b>GRÁFICO 1</b>  | EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2016 A 2019                           | <b>20</b> |
| <b>GRÁFICO 2</b>  | DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2019                    | <b>22</b> |
| <b>GRÁFICO 3</b>  | DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2019    | <b>22</b> |
| <b>GRÁFICO 4</b>  | PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP E DURP                       | <b>26</b> |
| <b>GRÁFICO 5</b>  | EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES                        | <b>28</b> |
| <b>GRÁFICO 6</b>  | EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS                 | <b>31</b> |
| <b>GRÁFICO 7</b>  | EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP           | <b>34</b> |
| <b>GRÁFICO 8</b>  | NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES NO PORTAL DO PARLAMENTO                          | <b>37</b> |
| <b>GRÁFICO 9</b>  | EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)             | <b>38</b> |
| <b>GRÁFICO 10</b> | DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS) | <b>38</b> |
| <b>GRÁFICO 11</b> | DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA       | <b>41</b> |
| <b>GRÁFICO 12</b> | EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA                     | <b>41</b> |
| <b>GRÁFICO 13</b> | DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR           | <b>41</b> |
| <b>GRÁFICO 14</b> | EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL  | <b>44</b> |
| <b>GRÁFICO 15</b> | EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2015-2019                    | <b>59</b> |
| <b>GRÁFICO 16</b> | EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS 2017-2019                               | <b>61</b> |

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2019, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

Face às eleições Legislativas de 2019, a Conta da AR reporta aos períodos compreendidos entre 1 de janeiro e 24 de outubro – XIII Legislatura- e 25 de outubro e 31 de dezembro – XIV Legislatura.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2019 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 26 de outubro de 2018 - as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2019, das subvenções públicas para as campanhas concernentes às eleições para o Parlamento Europeu, realizada a 26 de maio, para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada a 22 de setembro, e para a Assembleia da República, realizada a 6 de outubro, bem como das subvenções aos Partidos, Grupos Parlamentares e Deputados únicos representantes de um Partido, em função dos resultados obtidos neste último ato eleitoral.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **140.446.851,78€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais”**, com um nível global de execução de **74,3%**, da qual:

- **93.392.660€- Despesa total – atividade da AR**, com execução de **72,2%**, da qual:
  - **80.739.754€ - Despesas Correntes - atividade da AR**, com execução de **79,3%**;
  - **12.652.906 €- Despesas de Capital - atividade da AR**, com execução de **26,9%**;
- **12.673.082€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **94,9%**;
- **14.469.352,85 €- “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **19.911.756,93€ – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **52,1%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (74,3%), deve-se essencialmente à interrupção dos trabalhos parlamentares por força dos atos eleitorais que ocorreram em 2019, mas também à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República e às cativações aplicáveis. Ressalva-se que, **deduzindo a cativação aplicável** (cujo valor final foi de 3.604.050€, dado que, dos 7.295.740,15 € iniciais foi autorizada a descativação de 3.691.690,15€) a **taxa de execução seria de 76,2%**.

Importa realçar que no ano de 2019 para além das valorizações remuneratórias previstas no artigo 16.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (OE 2019) foi dada continuidade ao pagamento faseado das alterações de posicionamento remuneratório iniciadas em 2018 (75% no mês de maio e 100% no mês de dezembro), conforme previsto na alínea b) do n.º 8 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (OE 2018), bem como à reversão progressiva da redução remuneratória de 5% aplicada ao pessoal dos Gabinetes (75% no mês de maio e 100% no mês de dezembro), conforme o n.º 1 do artigo 147.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, permanecendo a redução de 5% aplicada às remunerações dos titulares de cargos políticos.

No ano de 2019 a estrutura contabilística ao nível dos centros de custos dos serviços já contempla a reestruturação orgânica prevista na Resolução da AR n.º 74/2018, de 20 de março 2018, o que não acontecia na Conta da AR de 2018.

Ao nível da “**Atividade Parlamentar**”, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2019:

- No âmbito da **conservação do Património Imobiliário da AR**, e tendo como objetivo a criação, recuperação e manutenção de espaços, concluíram-se as seguintes empreitadas: substituição de 20 portas de sacada no Andar Nobre; reabilitação das coberturas da Sala Sophia e da DTI; ampliação da DAC com a criação de novas salas; climatização e ventilação do bar dos deputados e sala de refeições do PAR; requalificação do pavimento do parque de estacionamento subterrâneo do Novo Edifício – fase II (pisos -3);
- Prosseguiu-se a renovação e modernização dos **Gabinetes, SAR e GP /DURP’s** através da aquisição de equipamento de escritório, de acordo com as necessidades sentidas e rentabilização do espaço, sobretudo face à realidade da XIV Legislatura com um novo GP (PAN) e 3 novos DURP’s (CH, IL e L).
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, desenvolveram-se vários projetos dos quais se destacam: i) no âmbito da modernização tecnológica: a alteração e o desenvolvimento de novos formulários eletrónicos, destinados aos Deputados, que entraram em produção no acolhimento da XIV Legislatura; ii) no âmbito da segurança da informação: a solução de gestão de direitos digitais (que permite às Comissões responsáveis por informação classificada, disponibilizar de forma segura o acesso remoto àqueles



documentos; e iii) visando a implementação de melhorias das soluções tecnológicas, foi desenvolvida uma nova solução de votação eletrónica para o hemiciclo, renovada a cablagem de rede do Edifício da D. Carlos e alterada a rede *sem fios*, com reforço da segurança nas comunicações.

Por outro lado, a Assembleia da República manteve, em 2019, a sua **atividade cultural e editorial** própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento, como a exposição **“O direito sobre si mesmo: 150 anos da abolição da escravatura em Portugal”**, que esteve patente no Átrio do Palácio de São Bento.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2019

Em 20 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2019, apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 26 de outubro de 2018, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 306/2018, de 14 de novembro.

No OAR2019 inicial, os montantes inscritos para **as despesas correntes e de capital da atividade da AR** ascenderam, respetivamente, a 74.953.638,30€ e 8.124.406,00€, num total de 83.078.044,30€, traduzindo, globalmente, **uma diminuição de 8,2% relativamente ao OAR2018 corrigido** sem cativações.

Por outro lado, e no que se refere ao OAR2019 inicial o montante total de **“Transferências para as Entidades”** e de **“Subvenções Políticas”** foi de 37.960.276€, apresentando relativamente ao OAR 2018 corrigido um **decréscimo de 26,9%**, por força de este último integrar uma parcela que visava fazer face ao pagamento da subvenção estatal para a campanha das eleições para os órgãos das autarquias locais realizadas em outubro de 2017.

Esse valor integra, para além das subvenções às campanhas, **as subvenções aos Partidos Políticos** (14.373.338€), e as **transferências para as Entidades Autónomas** que funcionam junto da Assembleia da República (12.673.082€), sendo que estas últimas apresentam uma variação positiva de 13% face ao OAR2018 corrigido – conforme Quadro1, justificado pelo facto da CNE ter de fazer face às despesas com esclarecimento para a campanha de três atos eleitorais no ano de 2019) e a CNPD ter novas atribuições e competências ao abrigo da legislação em vigor sobre a proteção de dados.



O **1.º Orçamento Suplementar de 2019**, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 28 de junho de 2019, sob proposta do Conselho de Administração, de 5 de junho, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 96/2019, de 17 de julho.

O 1.º Orçamento Suplementar decorreu da necessidade de: i) **integrar o diferencial entre o saldo de gerência** inscrito no orçamento inicial da Assembleia da República para o ano 2019 e o apurado à data de 31 de dezembro de 2018 (10.585.190,55€, dos quais 10.180.735,55€ são integrados no orçamento da Assembleia da República e 404.453€ são integrados no orçamento das subvenções estatais); ii) inscrever no orçamento de **subvenções estatais** a rubrica de reposições não abatidas para registo, em 2019, das reposições inerentes a campanhas eleitorais autárquicas ocorridas em anos anteriores, no valor de 30.682,55€; iii) integrar o **saldo de gerência**, à data de 31 de dezembro de 2018, das **subvenções** para a campanha das eleições para os **órgãos das autarquias locais de 2013 e de 2017**, no valor de **8.792.658,38€**.

Para além dos orçamentos suplementares referidos, efetuaram-se **sete alterações orçamentais verticais**, com parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 27 de fevereiro, 5 de junho, 17 de julho, 25 de setembro, 13 de novembro, 27 de novembro e 11 de dezembro.

- A primeira destinou-se a colmatar necessidades de reforço de diversas rubricas e, de entre estas, as respeitantes à subvenção para encargos de assessoria a Deputados e outras despesas de funcionamento, e para comunicações, como reflexo da atualização do IAS para 2019, por conta da dotação provisional corrente e de capital e assegurar as dotações orçamentais necessárias ao funcionamento do CFSIRP, OTI e CID.

- A segunda visou o reforço de rubricas de despesa, por contrapartida da dotação provisional corrente, cuja taxa de execução se encontrava acima do valor esperado para o período e à necessidade de assegurar despesas no âmbito da atividade do OTI e do CJP.

- A terceira teve em vista dotar rubricas de despesa ("software informático" e "edifícios"), por contrapartida da dotação provisional, para fazer face a encargos não previstos no OAR2019 inicial, e ainda ao reforço de algumas rubricas que apresentavam a execução acima do valor médio para o período.

- A quarta ficou a dever-se à necessidade de reforçar as dotações inscritas em diversas rubricas de despesa, recorrendo à dotação provisional corrente e de capital, devido ao montante de cativações àquela data, quer no agrupamento "Aquisição de Bens e Serviços" (1.604.050€), quer no agrupamento "Despesas com Pessoal" (no qual permaneciam cativos 2.000.000€).

- A quinta alteração destinou-se a assegurar dotações orçamentais essenciais ao normal funcionamento (administrativo, logístico e financeiro) do CNECV e do CFSIRP; bem como ao reforço e ajustamentos das dotações orçamentais para *plafonds* para remunerações do pessoal que presta apoio aos GP's/DURP's e para subvenções, decorrentes dos resultados das eleições legislativas de 2019.

- A sexta alteração orçamental teve origem nas alterações decorrentes da nova legislatura face à necessidade de proceder ao pagamento de encargos sociais com os novos titulares de cargos políticos, reforçando-se a rubrica "contribuições Segurança Social – outras – Deputados" por contrapartida de redução de igual montante na rubrica "Caixa Geral de Aposentações – Deputados".

- A sétima alteração visou: a inscrição de verba para indemnização, não prevista em sede de OAR inicial, por conta da dotação provisional corrente; a inscrição orçamental necessária à devolução de verbas ao Estado, decorrentes do saldo da subvenção para a campanha das eleições autárquicas de 2013; e o reforço de algumas rubricas para pagamento de remunerações e encargos ao pessoal que presta apoio aos GP's/DURP's, reforços estes que visavam garantir os pagamentos a efetuar nos vencimentos do mês de dezembro.

Da execução do OAR2019 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2019 e a transitar para o ano de 2020, no valor de 34.977.278,32€**, dos quais **9.836.430,10€** correspondem ao **saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais**, configurando o remanescente **25.140.848,22€ o saldo da AR**.

**Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2019**

Unidade: Euro

| ATIVIDADES   | OAR2018<br>corrigido<br>1 | OAR2019               |                       | Var%          |               |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|---------------|
|  |                           | inicial<br>2          | corrigido<br>3        | 4<br>(2/1)    | 5<br>(3/1)    |
| <b>DESPESAS CORRENTES AR</b>                           | <b>78 691 921,51</b>      | <b>73 387 567,30</b>  | <b>78 458 102,95</b>  | <b>-6,7%</b>  | <b>-0,3%</b>  |
| ATIVIDADES PARLAMENTARES                               | 36 147 714,41             | <b>35 491 354,80</b>  | <b>35 889 436,00</b>  | -1,8%         | -0,7%         |
| ATIVIDADES DE APOIO                                    | 31 775 730,40             | <b>30 880 479,50</b>  | <b>34 332 377,96</b>  | -2,8%         | 8,0%          |
| ATIVIDADE EDITORIAL                                    | 513 843,70                | <b>436 460,00</b>     | <b>504 426,32</b>     | -15,1%        | -1,8%         |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR                            | 324 674,00                | <b>306 310,00</b>     | <b>328 309,94</b>     | -5,7%         | 1,1%          |
| OUTRAS ATIVIDADES *                                    | 9 693 130,00              | <b>6 000 000,00</b>   | <b>7 130 589,73</b>   | -38,1%        | -26,4%        |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES                          | 198 562,00                | <b>212 946,00</b>     | <b>212 946,00</b>     | 7,2%          | 7,2%          |
| OUTRAS ENTIDADES                                       | 38 267,00                 | <b>60 017,00</b>      | <b>60 017,00</b>      | 56,8%         | 56,8%         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>                          | <b>10 091 808,00</b>      | <b>8 103 406,00</b>   | <b>12 626 349,00</b>  | <b>-19,7%</b> | <b>25,1%</b>  |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR                            | 18 000,00                 | <b>18 000,00</b>      | <b>18 000,00</b>      | 0,0%          | 0,0%          |
| INVESTIMENTO   | 5 326 790,97              | <b>6 585 406,00</b>   | <b>7 137 348,00</b>   | 23,6%         | 34,0%         |
| OUTRAS ATIVIDADES *                                    | 4 747 017,03              | <b>1 500 000,00</b>   | <b>5 471 001,00</b>   | -68,4%        | 15,3%         |
| <b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>                | <b>88 783 729,51</b>      | <b>81 490 973,30</b>  | <b>91 084 451,95</b>  | <b>-8,2%</b>  | <b>2,6%</b>   |
| <b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)</b>    | <b>1 713 810,86</b>       | <b>1 587 071,00</b>   | <b>2 308 208,05</b>   | <b>-7,4%</b>  | <b>34,7%</b>  |
| CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (corr)       | 203 586,00                | <b>200 750,00</b>     | <b>193 859,59</b>     | -1,4%         | -4,8%         |
| CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (cap)        | 0,00                      | <b>0,00</b>           | <b>5 557,00</b>       | n.a.          | n.a.          |
| CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)                    | 287 367,12                | <b>285 000,00</b>     | <b>270 166,44</b>     | -0,8%         | -6,0%         |
| CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)                     | 8 294,00                  | <b>2 500,00</b>       | <b>2 500,00</b>       | -69,9%        | -69,9%        |
| CONSELHO NAC. PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA         | 235 771,00                | <b>260 824,00</b>     | <b>284 766,01</b>     | 10,6%         | 20,8%         |
| CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM. CRIMINAL    | 179 907,28                | <b>185 297,00</b>     | <b>188 106,27</b>     | 3,0%          | 4,6%          |
| CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)     | 120 094,35                | <b>92 000,00</b>      | <b>87 815,00</b>      | -23,4%        | -26,9%        |
| CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)      | 1 000,00                  | <b>2 500,00</b>       | <b>2 500,00</b>       | 150,0%        | 150,0%        |
| ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (corr)     | 195 508,00                | <b>93 200,00</b>      | <b>100 748,08</b>     | -52,3%        | -48,5%        |
| ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)      | 15 421,00                 | <b>16 000,00</b>      | <b>16 000,00</b>      | 3,8%          | 3,8%          |
| COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS              | 154 051,93                | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           | n.a.          | -100,0%       |
| OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE                      | 153 486,18                | <b>20 000,00</b>      | <b>508 841,00</b>     | -87,0%        | 231,5%        |
| COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO          | 159 324,00                | <b>429 000,00</b>     | <b>646 498,66</b>     | 169,3%        | 305,8%        |
| MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO CONVENÇÃO DPD           | 0,00                      | <b>0,00</b>           | <b>850,00</b>         | n.a.          | n.a.          |
| <b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>                    | <b>90 497 540,37</b>      | <b>83 078 044,30</b>  | <b>93 392 660,00</b>  | <b>-8,2%</b>  | <b>3,2%</b>   |
| <b>ENTIDADES AUTÓNOMAS***</b>                          | <b>11 211 560,00</b>      | <b>12 673 082,00</b>  | <b>12 673 082,00</b>  | <b>13,0%</b>  | <b>13,0%</b>  |
| <b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>                | <b>14 373 339,00</b>      | <b>14 373 338,00</b>  | <b>14 469 352,85</b>  | <b>0,0%</b>   | <b>0,7%</b>   |
| <b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>               | <b>26 344 414,14</b>      | <b>10 913 856,00</b>  | <b>19 911 756,93</b>  | <b>-58,6%</b> | <b>-24,4%</b> |
| <b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID. AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b> | <b>142 426 853,51</b>     | <b>121 038 320,30</b> | <b>140 446 851,78</b> | <b>-15,0%</b> | <b>-1,4%</b>  |

\* Dotação Provisional

\*\* Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

\*\*\* As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida).

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Da análise do Quadro 1, ressalta que em valores globais, o OAR2019 corrigido, face ao OAR2018, apresenta um **decréscimo** global de **1,4%**, comportamento essencialmente determinado pela redução do valor de subvenções às campanhas eleitorais (em 2019 ocorreram três atos eleitorais), mas o OAR 2018 corrigido ainda estava influenciado por verbas relativas às subvenções para as campanhas das eleições Autárquicas de 2017.

Em “**Despesas Correntes**” da AR, o **decréscimo de 0,3%** decorre sobretudo das seguintes variações negativas: em “Outras Atividades” (-26,4% - redução da dotação provisional que representa 2.562.540,27€); “Atividades Parlamentares” (-0,7% de redução que representa 258.278,41€); e “Atividades Editorial” (-1,8% que significa um decréscimo de 9.417,38€).

No que se refere às “**Despesas de Capital**”, o Quadro 1 evidencia, ainda, um **acrécimo de 25,1%** face ao valor do orçamento corrigido de 2018, determinado essencialmente pelo acréscimo do valor inscrito na subactividade “Investimento”, que apresenta um aumento de 34%.

## 1.2 Execução Orçamental

**Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

| TIPO DE DESPESA                          | OAR2019<br>corrigido  | Execução Orçamental   |              |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|
|  |                       | montante              | GR%          |
| DESPESAS CORRENTES                       | 80 739 754,00         | 64 027 543,19         | 79,3%        |
| DESPESAS DE CAPITAL                      | 12 652 906,00         | 3 403 900,59          | 26,9%        |
| <b>TOTAL AR</b>                          | <b>93 392 660,00</b>  | <b>67 431 443,78</b>  | <b>72,2%</b> |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS                      | 12 673 082,00         | 12 023 426,00         | 94,9%        |
| SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS         | 14 469 352,85         | 14 469 352,85         | 100,0%       |
| SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS        | 19 911 756,93         | 10 370 766,83         | 52,1%        |
| <b>TOTAL GLOBAL AR / EA / SUBVENÇÕES</b> | <b>140 446 851,78</b> | <b>104 294 989,46</b> | <b>74,3%</b> |

Em 2019, os encargos assumidos atingiram o montante de 104.294.989,47€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental de 74,3%**, registando-se uma diferença de 36.151.862,31€ entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, em grande parte pela verba relativa à subvenção para as campanhas eleitorais, com uma execução de 52,1% que se deve sobretudo à não execução do valor correspondente aos saldos a 31.12.2019 da subvenção pública para as campanhas eleitorais, nomeadamente das autárquicas 2017 (7.893.788,41€), e à baixa execução em “Investimento”, tendo ficado por executar 3.748.391,91€, pelo montante subsistente de cativações aplicáveis (3.604.050€) e ainda pelas verbas inscritas em dotação provisional (12.601.590,73€, das quais, 7.130.589,73€ em correntes e 5.471.001€ em capital).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **72,2%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR

em 2019, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as " Entidades Autónomas"** (apenas considera a despesa dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as "Subvenções públicas aos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais"**.

**Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS**

Unidade: Euro

| TIPO DE DESPESA           | OAR2019<br>corrigido<br>sem EA & Subv. | Execução Orçamental  |              |
|---------------------------|--|----------------------|--------------|
|                           |  | montante             | GR%          |
| DESPESAS CORRENTES        | 80 739 754,00                          | 64 027 543,19        | 79,3%        |
| DESPESAS DE CAPITAL       | 12 652 906,00                          | 3 403 900,59         | 26,9%        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b> | <b>93 392 660,00</b>                   | <b>67 431 443,78</b> | <b>72,2%</b> |

O nível de execução orçamental foi, assim, de **79,3%** em "**Despesas Correntes**" e de **26,9%** em "**Despesas de Capital**", constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

**Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES**

Unidade Euro

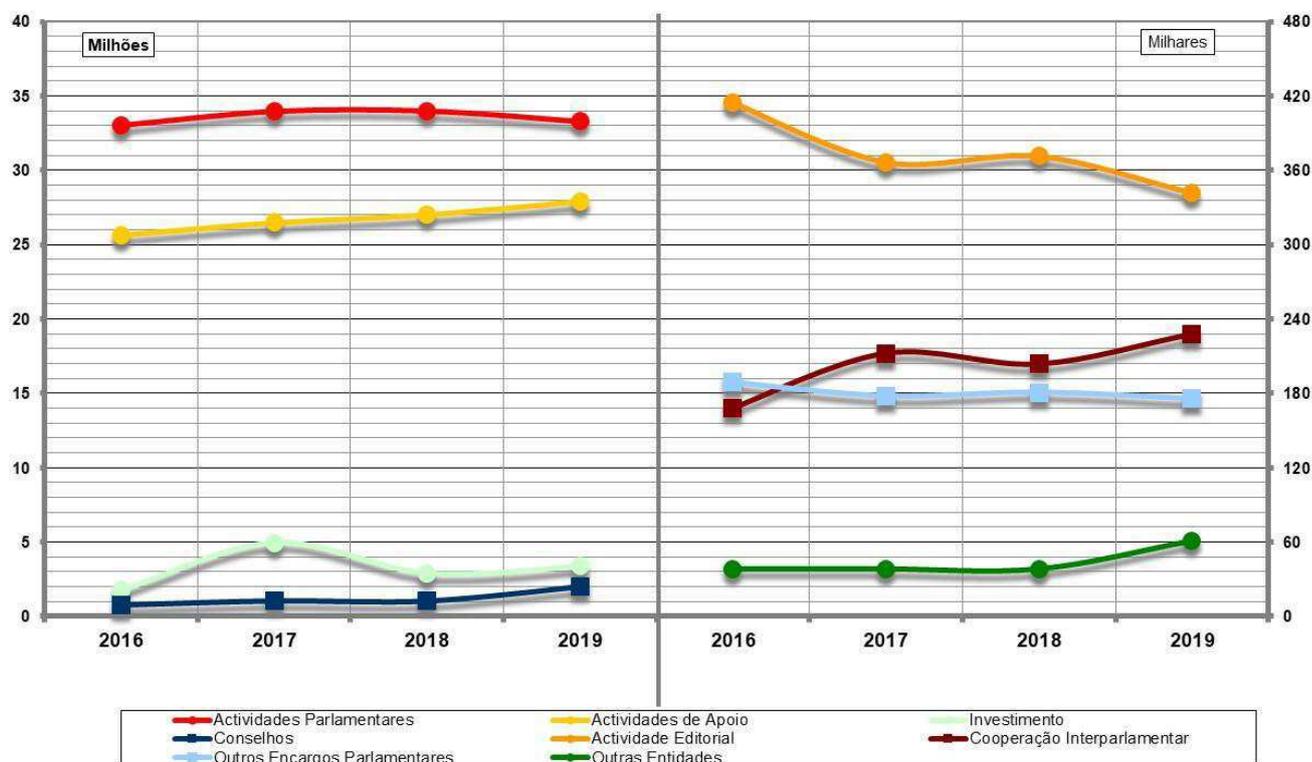
| ATIVIDADES                                     | OAR2019<br>corrigido<br>1 | Encargos assumidos   |                   |                          |
|--|---------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------|
|  |                           | montante<br>2        | GR%<br>3<br>(2/1) | Estrutura<br>4<br>(2/12) |
|  |                           |                      |                   |                          |
| ATIVIDADES DE APOIO                            | 34 332 377,96             | 27 937 941,91        | 81,4%             | 41,4%                    |
| ATIVIDADE EDITORIAL                            | 504 426,32                | 342 212,77           | 67,8%             | 0,5%                     |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR                    | 328 309,94                | 218 329,06           | 66,5%             | 0,3%                     |
| OUTRAS ATIVIDADES*                             | 7 130 589,73              | 0,00                 | 0,0%              | 0,0%                     |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES                  | 212 946,00                | 175 607,70           | 82,5%             | 0,3%                     |
| CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.        | 193 859,59                | 137 329,67           | 70,8%             | 0,2%                     |
| CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ                   | 270 166,44                | 250 356,58           | 92,7%             | 0,4%                     |
| OUTRAS ENTIDADES                               | 60 017,00                 | 60 017,00            | 100,0%            | 0,1%                     |
| CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA        | 284 766,01                | 175 704,81           | 61,7%             | 0,3%                     |
| CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN. | 188 106,27                | 165 560,13           | 88,0%             | 0,2%                     |
| CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN    | 87 815,00                 | 59 426,53            | 67,7%             | 0,1%                     |
| ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO    | 100 748,08                | 80 359,97            | 79,8%             | 0,1%                     |
| OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE              | 508 841,00                | 499 988,52           | 98,3%             | 0,7%                     |
| COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO  | 646 498,66                | 632 145,46           | 97,8%             | 0,9%                     |
| MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO CONVENÇÃO DPD   | 850,00                    | 838,37               | 98,6%             | 0,0%                     |
| <b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>                  | <b>80 739 754,00</b>      | <b>64 027 543,19</b> | <b>79,3%</b>      | <b>95,0%</b>             |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR                    | 18 000,00                 | 9 340,62             | 51,9%             | 0,0%                     |
| INVESTIMENTO                                   | 7 137 348,00              | 3 388 956,09         | 47,5%             | 5,0%                     |
| OUTRAS ATIVIDADES*                             | 5 471 001,00              | 0,00                 | 0,0%              | 0,0%                     |
| CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.        | 5 557,00                  | 5 290,23             | 95,2%             | 0,0%                     |
| CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ                   | 2 500,00                  | 0,00                 | 0,0%              | 0,0%                     |
| CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN    | 2 500,00                  | 0,00                 | 0,0%              | 0,0%                     |
| ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO    | 16 000,00                 | 313,65               | 2,0%              | 0,0%                     |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>                 | <b>12 652 906,00</b>      | <b>3 403 900,59</b>  | <b>26,9%</b>      | <b>5,0%</b>              |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>              | <b>93 392 660,00</b>      | <b>67 431 443,78</b> | <b>72,2%</b>      | <b>100,0%</b>            |

(\*) Dotação Provisional

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, e excluindo “Outras Entidades” (execução 100%), na qual se registam anualmente verbas fixas, verifica-se que as taxas de execução orçamental mais elevadas, em sede de **despesas correntes**, são atingidas pelas entidades seguintes: Monitorização da Implementação da Convenção de Pessoas com Deficiência (98,6%), Observatório Técnico Independente (98,3%) e Comissão Independente para a Descentralização (97,8%). Contudo estas entidades representam apenas 1,7% do total das despesas realizadas, pelo que são as **“Atividades Parlamentares”** que representam 49,4% do total que orçamento que tem a execução mais relevante (92,8%). Verifica-se ao nível das **“Atividades de Apoio”**, onde se registam as despesas com pessoal e de funcionamento, uma execução de 81,4% (não é superior face às dotações cativas), sendo o peso na estrutura da despesa de 41,4%.

No que respeita às **“Despesas de Capital”**, cuja taxa de execução foi de **26,9%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em **“Outras atividades - dotação provisional de capital”** (5.471.001€), assim como da taxa de execução de 47,5% da subactividade **“Investimento”**, que se explicará no capítulo autónomo do presente relatório.

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2016 A 2019**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1.

A evolução de 2018 para 2019 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 5, revelando uma **variação positiva global de 2,5%**, importando destacar, face ao peso relativo no orçamento, o **decréscimo** dos encargos assumidos em 2019 nas **“Atividades Parlamentares”** de 2,1% e o **acréscimo** nas **“Atividades de Apoio”** de 3,3%, sendo que este último resulta da conclusão do pagamento faseado, em maio e dezembro, dos acréscimos remuneratórios derivados das alterações de posicionamento remuneratório. O acréscimo de 56,8% de encargos assumidos em **“Outras Entidades”** não é representativo considerando que o respetivo peso relativo é de 0,1%, tratando-se de uma atualização da transferência para a Associação dos Ex-Deputados.

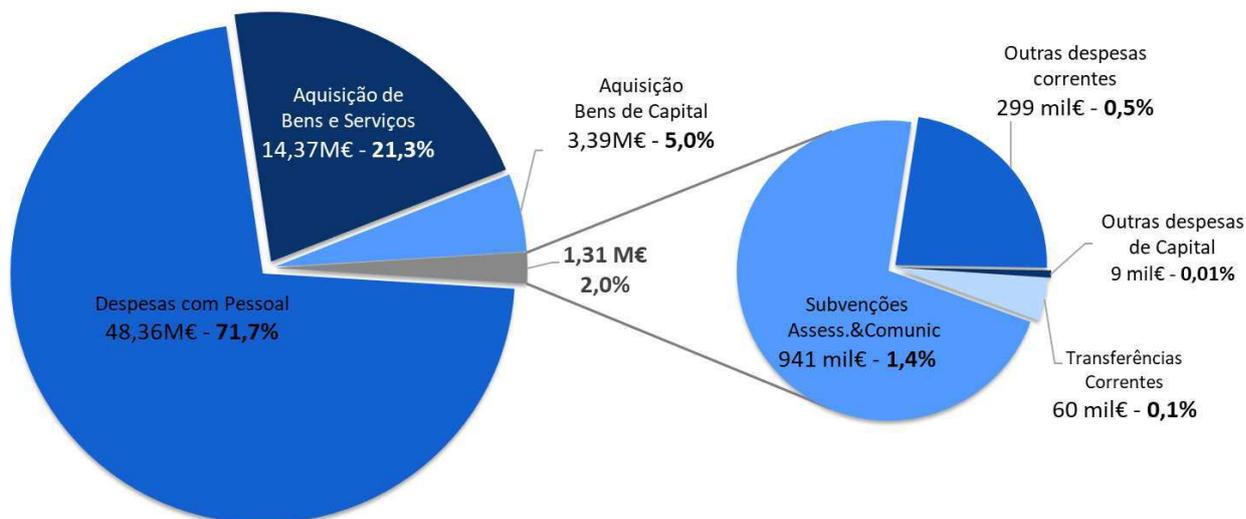
### Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

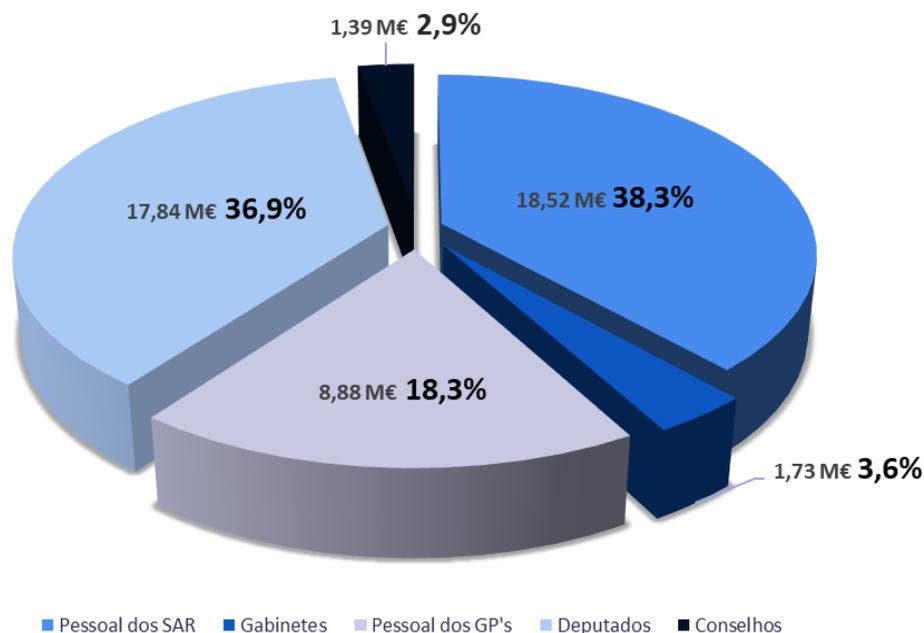
| ATIVIDADES                                     | Encargos Assumidos   |                      |             |
|--|----------------------|----------------------|-------------|
|  | 2018                 | 2019                 | Var%        |
| ATIVIDADES PARLAMENTARES                       | 33 988 495,78        | <b>33 291 724,71</b> | -2,1%       |
| ATIVIDADES DE APOIO                            | 27 039 322,71        | <b>27 937 941,91</b> | 3,3%        |
| ATIVIDADE EDITORIAL                            | 371 547,94           | <b>342 212,77</b>    | -7,9%       |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR                    | 203 835,88           | <b>227 669,68</b>    | 11,7%       |
| OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES                  | 180 719,90           | <b>175 607,70</b>    | -2,8%       |
| CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.        | 188 471,89           | <b>142 619,90</b>    | -24,3%      |
| CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ                   | 232 297,19           | <b>250 356,58</b>    | 7,8%        |
| OUTRAS ENTIDADES                               | 38 267,00            | <b>60 017,00</b>     | 56,8%       |
| CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA        | 128 133,63           | <b>175 704,81</b>    | 37,1%       |
| CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN. | 159 261,66           | <b>165 560,13</b>    | 4,0%        |
| CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN    | 67 227,00            | <b>59 426,53</b>     | -11,6%      |
| ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO    | 75 237,69            | <b>80 673,62</b>     | 7,2%        |
| COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS      | 154 016,69           | <b>0,00</b>          | -100,0%     |
| OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE              | 3 606,02             | <b>499 988,52</b>    | 13765,4%    |
| COMISSÃO INDEPENDENTE PARA A DESCENTRALIZAÇÃO  | 35 329,52            | <b>632 145,46</b>    | 1689,3%     |
| MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO CONVENÇÃO DPD   | 0,00                 | <b>838,37</b>        | n.a.        |
| INVESTIMENTO                                   | 2 917 856,52         | <b>3 388 956,09</b>  | 16,1%       |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>                      | <b>65 783 627,02</b> | <b>67 431 443,78</b> | <b>2,5%</b> |

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as **“Despesas com Pessoal”** representam **71,7%** do total da despesa de 2019, seguidas das **“Aquisições de Bens e Serviços” (21,3%)** e das **“Aquisições de Bens de Capital” (5,0%)**.

**Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2019**



**Gráfico 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2019**



O gráfico 3 evidencia os encargos englobados nas rubricas de **“Despesas com Pessoal”** que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além dos encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com o Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição na partição destes encargos ligeiramente superior para “Pessoal dos SAR”



(38,3%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Deputados**” (36,9%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 18,3%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **3,6% e 2,9%** em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117.º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Em 2019 tiveram lugar **95 reuniões plenárias**, e **2 reuniões da Comissão Permanente** e **21 Conferências de Líderes**.

As reuniões plenárias em causa levaram à publicação de **97 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo a 289 horas de reuniões plenárias, num total de 4853 páginas editadas, o que representa um decréscimo em relação ao ano anterior. Foram publicados **352 Diários e 78 Suplementos relativos à II Série**, num total de 27 139 páginas editadas.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **45 Propostas de Lei, 366 Projetos de Lei, 12 Propostas de Resolução, 574 Projetos de Resolução, 9 Projetos de Deliberação, 51 Apreciações Parlamentares, 1 Inquérito Parlamentar e 6 Projetos de Regimento**. Foram aprovadas, em 2019, **4 Leis Orgânicas, 124 Leis, 237 Resoluções e 6 Deliberações**.

No ano de 2019 foram apresentadas pelos Deputados 2639 **perguntas**, tendo sido obtidas 1467 respostas.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 523 ao Governo, 1493 à Administração Local e 49 a Entidades Independentes, num total de 2065. Tendo sido recebidas ainda

no mesmo ano, as seguintes respostas: 442 do Governo, 425 da Administração Local e 26 das Entidades Independentes, num total de 893.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares” representam 49,4% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 92,8%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

| ATIVIDADE PARLAMENTAR                               | OAR2019<br>Corrigido<br>1 | Encargos assumidos   |                   |                         |
|---|---------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|
|   |                           | montante<br>2        | GR%<br>3<br>(2/1) | Estrutura<br>4<br>(2/2) |
| Presidente da Assembleia da República               | 127 607,96                | 127 606,49           | 100,0%            | 0,4%                    |
| Gabinete de Apoio ao PAR                            | 821 505,00                | 757 212,02           | 92,2%             | 2,3%                    |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários    | 1 180 517,27              | 1 095 236,19         | 92,8%             | 3,3%                    |
| Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec. | 477 548,11                | 412 698,56           | 86,4%             | 1,2%                    |
| Conselho de Administração                           | 78 476,00                 | 78 475,44            | 100,0%            | 0,2%                    |
| Grupos Parlamentares                                | 1 052 912,87              | 1 048 939,33         | 99,6%             | 3,2%                    |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares         | 8 983 026,90              | 8 825 305,81         | 98,2%             | 26,5%                   |
| Comissões Parlamentares                             | 835 211,10                | 522 355,17           | 62,5%             | 1,6%                    |
| Deputados   | 20 394 763,77             | 19 164 974,16        | 94,0%             | 57,6%                   |
| Cerimónias Comemorativas                            | 49 365,84                 | 44 803,50            | 90,8%             | 0,1%                    |
| Deslocações em Território Nacional                  | 12 000,00                 | 4 814,55             | 40,1%             | 0,0%                    |
| Deslocações ao Estrangeiro                          | 1 263 314,82              | 891 247,12           | 70,5%             | 2,7%                    |
| Grupos Parlamentares de Amizade                     | 90 139,48                 | 16 016,82            | 17,8%             | 0,0%                    |
| Receção de Delegações e Entidades Oficiais          | 405 538,17                | 190 329,30           | 46,9%             | 0,6%                    |
| Programa Parlamento Jovem                           | 117 508,71                | 111 710,25           | 95,1%             | 0,3%                    |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>                           | <b>35 889 436,00</b>      | <b>33 291 724,71</b> | <b>92,8%</b>      | <b>100,0%</b>           |

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subactividades que integram as **“Atividades Parlamentares”**, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,1% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados” (57,6%)**, que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte (com alterações legislativas que entraram em vigor a 25 de outubro, na XIV Legislatura), prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídios de reintegração, atribuídos em regime transitório.

- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” (26,5%)** onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. O respetivo *plafond* foi atualizado ao montante do IAS para 2019 (435,76€) e teve as alterações decorrentes das eleições Legislativas realizadas em 2019, passando a partir de 25 de outubro a incluir o GP PAN e três gabinetes para os DURP’s CH, IL e L.

#### Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

| ATIVIDADE PARLAMENTAR                               | Encargos assumidos   |                      |              |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
|   | 2018<br>1            | 2019<br>2            | Var%<br>3    |
| Presidente da Assembleia da República               | 126 135,15           | <b>127 606,49</b>    | 1,2%         |
| Gabinete de Apoio ao PAR                            | 776 322,37           | <b>757 212,02</b>    | -2,5%        |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários    | 1 131 384,63         | <b>1 095 236,19</b>  | -3,2%        |
| Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec. | 377 354,32           | <b>412 698,56</b>    | 9,4%         |
| Conselho de Administração                           | 75 512,84            | <b>78 475,44</b>     | 3,9%         |
| Grupos Parlamentares                                | 1 014 093,69         | <b>1 048 939,33</b>  | 3,4%         |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares         | 8 709 488,16         | <b>8 825 305,81</b>  | 1,3%         |
| Comissões Parlamentares                             | 603 360,21           | <b>522 355,17</b>    | -13,4%       |
| Deputados   | 19 914 940,73        | <b>19 164 974,16</b> | -3,8%        |
| Cerimónias Comemorativas                            | 26 395,11            | <b>44 803,50</b>     | 69,7%        |
| Deslocações em Território Nacional                  | 9 633,56             | <b>4 814,55</b>      | -50,0%       |
| Deslocações ao Estrangeiro                          | 865 208,09           | <b>891 247,12</b>    | 3,0%         |
| Grupos Parlamentares de Amizade                     | 30 969,57            | <b>16 016,82</b>     | -48,3%       |
| Receção de Delegações e Entidades Oficiais          | 233 937,74           | <b>190 329,30</b>    | -18,6%       |
| Programa Parlamento Jovem                           | 93 759,61            | <b>111 710,25</b>    | 19,1%        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>                           | <b>33 988 495,78</b> | <b>33 291 724,71</b> | <b>-2,1%</b> |

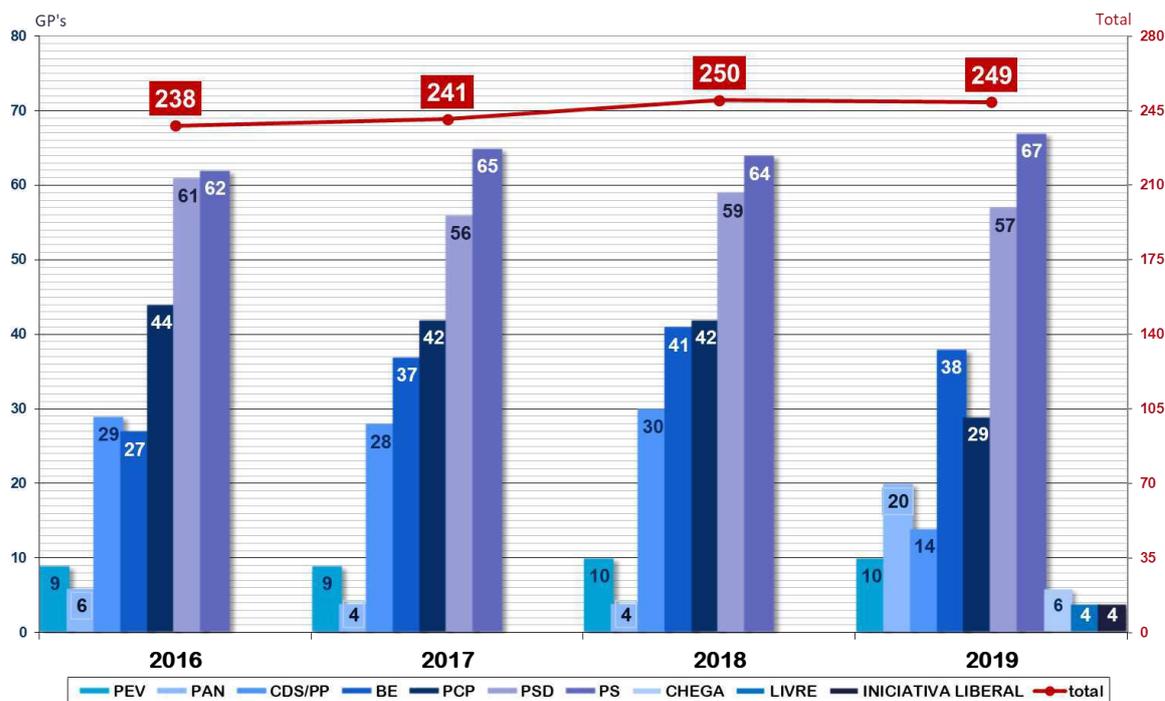
Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2018 para 2019 (Quadro 7), as **“Atividades Parlamentares”** registaram um **decréscimo de 2,1%**, que em termos absolutos representam uma redução de 696 771,07€.

Assinalam-se o **acréscimo** na subactividade **“Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares”** (a maior variação em termos absolutos de +115.817,65€, o que representa 1,3%), pelas razões exposta no parágrafo anterior ao Quadro 7 e o **decréscimo** na subactividade **“Deputados”** (a maior variação em termos absolutos de – 749.966,57€, o que representa -3,8%).

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por GP/DURP, à data de 31 de dezembro é apresentada no Gráfico 3 seguinte, salientando que na XIV Legislatura passaram a existir quatro novas estruturas: GP PAN e três gabinetes dos DURP's CH, IL e L.

**Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP e DURP**



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos GP's/DURP's, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos GP's/DURP's**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

| Ano         | ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIO | Var% anual  |
|-------------|------------------------------|-------------|
| 2013        | 1 401 023,85                 | n.a.        |
| 2014        | 1 457 310,70                 | 4,0%        |
| 2015        | 1 442 402,39                 | -1,0%       |
| 2016        | 1 518 982,76                 | 5,3%        |
| 2017        | 1 526 993,35                 | 0,5%        |
| 2018        | 1 553 734,08                 | 1,8%        |
| <b>2019</b> | <b>1 567 012,33</b>          | <b>0,9%</b> |

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2019 (parte da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura e início da 1ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura), funcionaram as seguintes Comissões Parlamentares:

- na **XIII Legislatura: 17 comissões parlamentares**, sendo 12 comissões permanentes, 2 comissões eventuais e 3 comissões eventuais de inquérito;
- na **XIV Legislatura: 14 comissões parlamentares**.

### XIII Legislatura

#### Comissões Parlamentares Permanentes

|   |
|---|
| 1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias                      |
| 2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas                                 |
| 3.ª - Comissão de Defesa Nacional   |
| 4.ª - Comissão de Assuntos Europeus   |
| 5.ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa                               |
| 6.ª – Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas   |
| 7.ª – Comissão de Agricultura e Mar   |
| 8.ª – Comissão de Educação e Ciência  |
| 9.ª – Comissão de Saúde   |
| 10.ª – Comissão de Trabalho e Segurança Social  |
| 11.ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação |
| 12.ª – Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto                                     |

#### Comissões Eventuais

|  |
|--|
| Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas                     |
| Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia Portugal 2030 (“CE PT2030”) |

#### Comissões Eventuais de Inquérito

|  |
|--|
| Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendias Excessivas aos Produtores de Eletricidade                                    |
| Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material militar ocorrido em Tancos |
| II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco                                 |

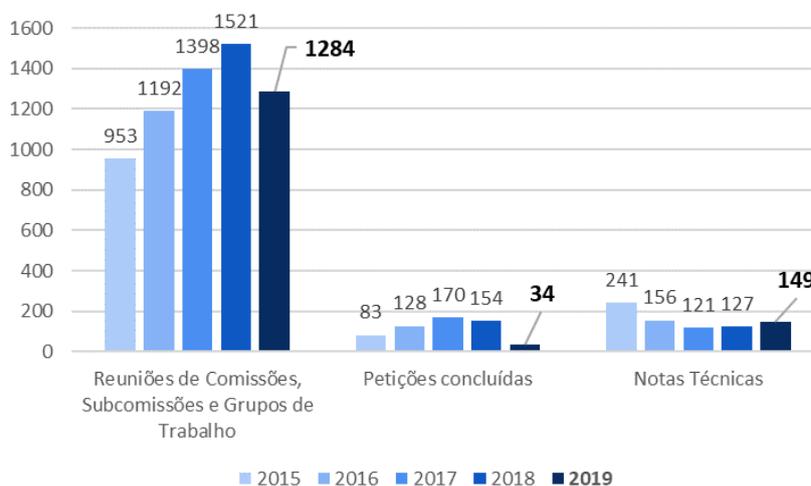
## XIV Legislatura

### Comissões Parlamentares Permanentes

|   |
|---|
| 1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias                          |
| 2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas                                     |
| 3.ª - Comissão de Defesa Nacional   |
| 4.ª - Comissão de Assuntos Europeus   |
| 5.ª - Comissão de Orçamento e Finanças  |
| 6.ª - Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação                                      |
| 7.ª - Comissão de Agricultura e Mar   |
| 8.ª - Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto   |
| 9.ª - Comissão de Saúde   |
| 10.ª - Comissão de Trabalho e Segurança Social  |
| 11.ª - Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território                                      |
| 12.ª - Comissão de Cultura e Comunicação  |
| 13.ª - Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local |
| 14.ª - Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados   |

Em 2019 as Comissões, Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.284 reuniões** (1123 na XIII Legislatura e 161 na XIV Legislatura), num total de cerca de **5.000 horas**, das quais **368** contaram com a presença de **Membros do Governo**, num total de **414 audições** realizadas. Foram ainda concedidas **202 audiências** (174 na XIII Legislatura e 28 na XIV Legislatura).

**Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao **exercício do direito de petição** diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2019, foram **recebidas e registadas** pela Assembleia da República **101 petições** (67 na XIII Legislatura e 34 na XIV Legislatura), 56 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos (37 na XIII Legislatura e 19 na XIV Legislatura), sendo que, no cômputo geral, 43 foram objeto de entrega presencial, 10 enviadas por correio, 3 enviadas por e-mail e 45 apresentadas pela plataforma de Submissão de Petições. **Foi concluída em comissão a apreciação de 34 petições, das quais 30 na XIII Legislatura e 4 na XIV Legislatura.**

Acresce referir que funcionaram **79 Grupos de Trabalho** (68 na XIII e 11 na XIV Legislatura) constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e de 4 Subcomissões, todas elas criadas no âmbito da CACDLG: 2 na XIII Legislatura (Subcomissão de Ética e Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação); e 2 na XIV Legislatura (Subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação).

No seu conjunto as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho efetuaram **210 deslocações** (175 na XIII Legislatura e 35 na XIV Legislatura) **em território nacional e no estrangeiro.**

### 2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que o Deputado Vitalino Canas continuou a exercer o mandato de Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, enquanto, no âmbito da União Interparlamentar, o Deputado Duarte Pacheco continuou no cargo de Presidente do Grupo Geopolítico dos Doze Mais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subatividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”)

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES**

|                           | 2016    | 2017    | 2018      | 2019             |
|---------------------------|---------|---------|-----------|------------------|
| <b>N.º de deslocações</b> | 483     | 471     | 681       | <b>548</b>       |
| <b>Despesa assumida</b>   | 752 681 | 998 492 | 1 196 992 | <b>1 182 576</b> |
| <b>Despesa/deslocação</b> | 1 558   | 2 120   | 1 758     | <b>2 158</b>     |

Importa referir que as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um acréscimo na despesa por deslocação, de 2018 para 2019, registando, no entanto, a mesma

ordem de grandeza de 2015 e 2017. Houve um decréscimo no número absoluto de deslocações (menos 133 deslocações), em virtude da interrupção dos trabalhos parlamentares face aos atos eleitorais ocorridos em 2019.

No ano de 2019 funcionaram 51 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (GPA), no âmbito **bilateral**, e 2 Grupos Parlamentares de Amizade no quadro **multilateral**.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2019, um conjunto de 73 reuniões:

| EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE<br>DOS GRUPOS PARLAMENTARES<br>DE AMIZADE | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019      |
|---|------|------|------|------|------|-----------|
| <b>Nº de Grupos existentes</b>                                  | 53   | 53   | 50   | 51   | 52   | <b>53</b> |
| <b>Nº de Reuniões realizadas</b>                                | 203  | 127  | 228  | 144  | 127  | <b>73</b> |

## 2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **9** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se **9** cerimónias de boas-vindas, **1** sessão solene, **15** eventos, além de visitarem a Assembleia da República **29** delegações internacionais.

**Entre 1 de janeiro e 30 de dezembro de 2019 o Presidente da Assembleia da República** concedeu **55** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Os Vice-Presidentes da Assembleia da República em representação do Presidente da Assembleia da República concederam **41** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de **10** cerimónias de tomada de posse, **74** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **20** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

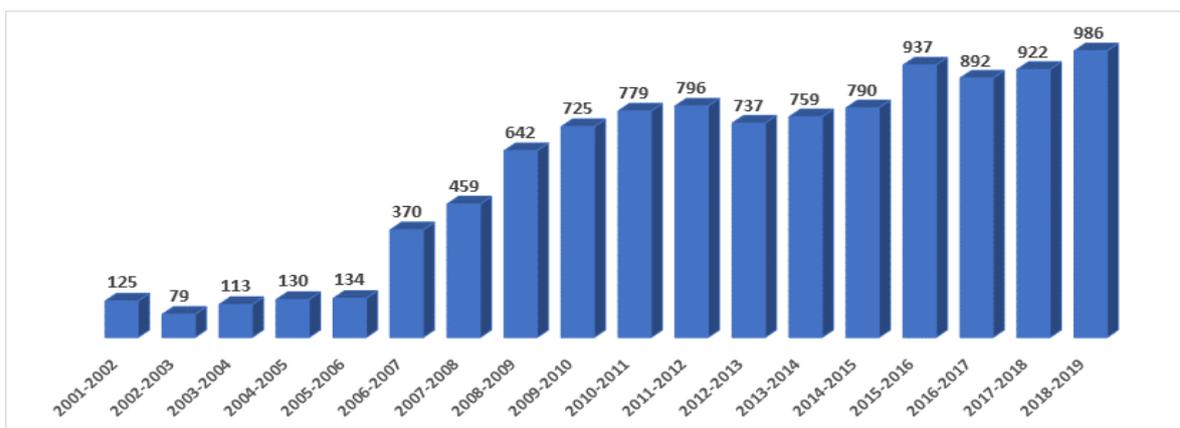
## 2.5 Parlamento dos Jovens

O **Programa Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República inserida no âmbito da educação para a cidadania, que se dirige aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa. O Programa visa, sobretudo, apelar à participação dos jovens no debate democrático, alertar para a importância do exercício e da vivência de uma cidadania ativa e promover a consciência cívica, nomeadamente para as questões que afetam o seu presente e o futuro.

Cabe à Comissão Parlamentar com competência na área da Educação definir as orientações para o Programa, cuja execução se desenvolve em parceria com outras entidades.

Na edição 2018/2019, as 512 escolas do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) debateram o mesmo tema **“Alterações Climáticas – Salvar os Oceanos”** e as 474 escolas do ensino secundário debateram o mesmo tema **“Alterações Climáticas – Reverter o Aquecimento Global”**, tendo-se atingido um total de **986 escolas inscritas**. Na 1.ª fase do Programa, realizaram-se **447 debates nas escolas com a presença de Deputados da Assembleia da República**.

**Gráfico 6 – Evolução de inscrições no Programa Parlamento dos Jovens**  
(desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário)



O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no Programa nos últimos três anos, o que evidencia o reconhecimento do interesse desta iniciativa, por parte das escolas, representando um aumento de custos de 19,1%.

**Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Programa Parlamento dos Jovens**

| EDIÇÃO  | ENSINO BÁSICO |              |                | ENSINO SECUNDÁRIO |              |               | TOTAIS       |              |                |
|---|---------------|--------------|----------------|-------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
|   | 2016<br>2017  | 2017<br>2018 | 2018<br>2019   | 2016<br>2017      | 2017<br>2018 | 2018<br>2019  | 2016<br>2017 | 2017<br>2018 | 2018<br>2019   |
| Escolas inscritas                               | 454           | 463          | <b>512</b>     | 438               | 459          | <b>474</b>    | 892          | 922          | <b>986</b>     |
| Turmas envolvidas                               | 2 718         | 2 445        | <b>2 525</b>   | 1 832             | 2 228        | <b>2 342</b>  | 4 550        | 4 673        | <b>4 867</b>   |
| Participantes nas listas eleitorais             | 14 899        | 15 801       | <b>18 321</b>  | 8 665             | 10 836       | <b>11 545</b> | 23 564       | 26 637       | <b>29 866</b>  |
| Votantes: eleições sessões escolares            | 94 796        | 97 633       | <b>109 147</b> | 63 612            | 70 332       | <b>68 645</b> | 158 408      | 167 965      | <b>177 792</b> |
| Deputados eleitos: sessões escolares            | 7 874         | 8 434        | <b>9 554</b>   | 5 775             | 6 659        | <b>7 042</b>  | 13 649       | 15 093       | <b>16 596</b>  |
| Deputados eleitos: sessões distritais/regionais | 1 357         | 1 458        | <b>1 556</b>   | 1 314             | 1 425        | <b>1 450</b>  | 2 671        | 2 883        | <b>3 006</b>   |
| Escolas eleitas: sessão nacional                | 64            | 66           | <b>66</b>      | 65                | 65           | <b>65</b>     | 129          | 131          | <b>131</b>     |
| Deputados eleitos: sessão nacional              | 128           | 132          | <b>132</b>     | 130               | 130          | <b>130</b>    | 258          | 262          | <b>262</b>     |

O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2018/2019:

**Participação dos Deputados na edição 2018/2019 do Programa Parlamento dos Jovens**

| Fases \ GP                   | PSD        | PS         | BE        | CDS-PP    | PCP       | PEV      | TOTAIS     |
|------------------------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|----------|------------|
| Debates nas escolas          | 189        | 151        | 36        | 38        | 29        | 4        | <b>447</b> |
| Sessões Distritais/Regionais | 13         | 16         | 3         | 3         | 3         | 0        | <b>38</b>  |
| Sessões Nacionais            | 8          | 8          | 4         | 4         | 4         | 4        | <b>32</b>  |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>210</b> | <b>175</b> | <b>43</b> | <b>45</b> | <b>36</b> | <b>8</b> | <b>517</b> |

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2019, engloba essencialmente os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subactividade, num total de 175.607,70€ apresentam, em 2019, um decréscimo de 2,8%, refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, bem como em outras pequenas despesas, nos seguintes termos:

**Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS e outras despesas**

Unidade: Euro

| ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS | 2018              | 2019              | Var%         |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| UIP                                  | 51 855,66         | <b>53 394,50</b>  | 3,0%         |
| UIP – Grupo Doze Mais                | 536,00            | <b>536,00</b>     | 0,0%         |
| APCE                                 | 10 000,00         | <b>0,00</b>       | -100,0%      |
| APNATO                               | 37 321,00         | <b>38 338,00</b>  | 2,7%         |
| APOSCE                               | 33 855,00         | <b>35 701,00</b>  | 5,5%         |
| ASG UIP                              | 373,96            | <b>387,46</b>     | 3,6%         |
| APM                                  | 41 470,00         | <b>41 470,00</b>  | 0,0%         |
| Secretariado COSAC                   | 1 760,18          | <b>2 283,43</b>   | 29,7%        |
| Várias                               | 3 548,10          | <b>3 497,31</b>   | -1,4%        |
| <b>Total</b>                         | <b>180 719,90</b> | <b>175 607,70</b> | <b>-2,8%</b> |

### 3. Atividades de Apoio

No ano de 2019, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a: uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, da qualidade de informação, e do tempo de resposta; ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes, com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações; à conservação do património imobiliário da AR, com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2019, a 41,4% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**”, por onde são pagos as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa desta atividade, com 65,6% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

**Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

| ATIVIDADES DE APOIO                 | OAR2019<br>Corrigido<br>1 | Encargos assumidos   |                   |                          |
|-------------------------------------|---------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------|
|                                     |                           | Montante<br>2        | GR%<br>3<br>(2/1) | Estrutura<br>4<br>(2/22) |
| Serviços da Assembleia da República | 21 163 921,29             | 18 315 076,39        | 86,5%             | 65,6%                    |
| Gabinete do Secretário-Geral        | 582 302,10                | 565 050,18           | 97,0%             | 2,0%                     |
| Formação                            | 181 885,00                | 78 112,96            | 42,9%             | 0,3%                     |
| Ação Social                         | 367 500,00                | 193 710,64           | 52,7%             | 0,7%                     |
| Despesas de Funcionamento           | 11 883 358,12             | 8 652 807,95         | 72,8%             | 31,0%                    |
| Gabinete Médico                     | 153 411,45                | 133 183,79           | 86,8%             | 0,5%                     |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>34 332 377,96</b>      | <b>27 937 941,91</b> | <b>81,37%</b>     | <b>100,0%</b>            |

O acréscimo de 3,3% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de 7,7% de encargos ao nível da subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” (representa em termos absolutos mais 1.311.035,72€), que se deve aos acréscimos

remuneratórios derivados das alterações de posicionamento remuneratório, pagas faseadamente.

Os decréscimos de 37,6% (-116.475,44€) na subactividade “**Ação Social**” face ao atraso na atribuição e correspondente pagamento dos subsídios de estudo de 2019/2020, que já só veio a ocorrer no ano de 2020, mas sobretudo o nominalmente mais representativo de 2,1% (-295.236,58€) na subactividade “Despesas de funcionamento”, contribuíram para que o aumento decorrente das variações remuneratórias não fosse tão expressivo.

### Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

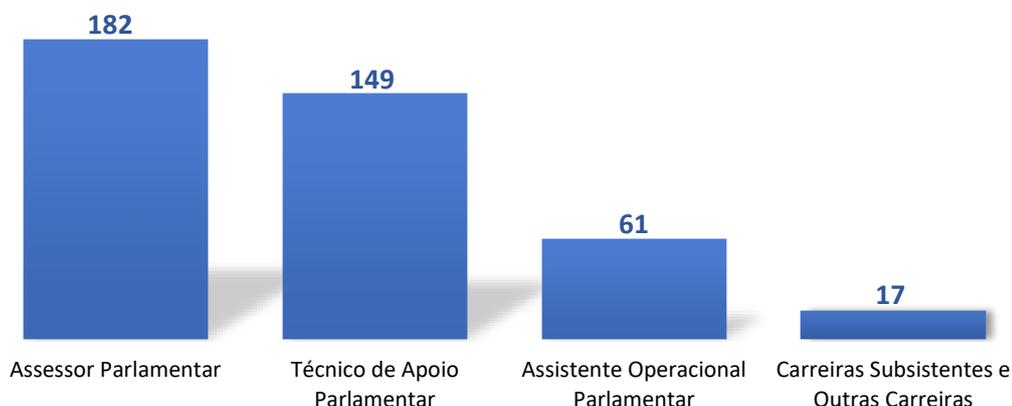
| ATIVIDADES DE APOIO                 | Encargos Assumidos   |                      |             |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|-------------|
|                                     | 2018                 | 2019                 | Var%        |
| Serviços da Assembleia da República | 17 004 040,67        | <b>18 315 076,39</b> | 7,7%        |
| Gabinete do Secretário-Geral        | 577 741,11           | <b>565 050,18</b>    | -2,2%       |
| Formação                            | 65 659,43            | <b>78 112,96</b>     | 19,0%       |
| Ação Social                         | 310 186,08           | <b>193 710,64</b>    | -37,6%      |
| Despesas de Funcionamento           | 8 948 044,53         | <b>8 652 807,95</b>  | -3,3%       |
| Gabinete Médico                     | 133 650,89           | <b>133 183,79</b>    | -0,3%       |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>27 039 322,71</b> | <b>27 937 941,91</b> | <b>3,3%</b> |

### 3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2019 encontravam-se **409 funcionários em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 27 trabalhadores em regime de cedência de interesse público (dos quais 4 a desempenhar funções na UTAO).

Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por carreiras, conforme estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Parlamentares – Lei n.º 23/2011, de 20 de maio.

**Gráfico 7 - MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP**



A carreira de assessor parlamentar é a que mais se destaca com 182 efetivos e uma representatividade de cerca de 45% do total de funcionários dos Serviços da Assembleia da República. Aqui se incluem todos os assessores parlamentares que se encontram nomeados em comissão de serviço em funções dirigentes.

Na carreira de assistente operacional parlamentar, 7 funcionários estão nomeados em comissão de serviço na categoria de Encarregado Operacional Parlamentar.

A estes números de efetivos, acrescem 4 prestações de serviços médicos.

Por outro lado, nas Entidades Administrativas Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, em 31 de dezembro de 2019 encontravam-se a prestar funções 12 trabalhadores conforme quadro infra:

| ENTIDADE   | Nº DE FUNCIONÁRIOS |
|--|--------------------|
| <b>CFBDP-ADN</b><br>Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN | 1                  |
| <b>CFSI</b><br>Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação             | 1                  |
| <b>CJP</b><br>Conselho dos Julgados de Paz                                     | 6                  |
| <b>CNPMA</b><br>Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida          | 3                  |
| <b>EFSE</b><br>Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado                   | 1                  |

Durante o ano de 2019, ingressaram no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, 11 assessores parlamentares estagiários e 42 técnicos de apoio parlamentar estagiários.

### 3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional** realizaram-se **5.895 horas de formação**, abrangendo todas as carreiras. Este volume de horas de formação corresponde a 59 ações de formação realizadas ao longo de 2019.

| Horas de Formação Por Carreira | Assessor Parlamentar | Técnico de Apoio Parlamentar | Assistente Operacional Parlamentar | Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras | Total        |
|--------------------------------|----------------------|------------------------------|------------------------------------|---|--------------|
| Formação Interna               | 1.212                | 722                          | 48                                 | 32  | <b>2.014</b> |
| Formação externa               | 3.272                | 485                          | 110                                | 14  | <b>3.881</b> |
| <b>Total</b>                   | <b>4.484</b>         | <b>1.201</b>                 | <b>158</b>                         | <b>46</b>                                 | <b>5.895</b> |



O volume de horas de formação foi sensivelmente equivalente ao registado em 2018, ano em que ascendeu a 5.985 horas, uma vez que se tratou do ano de consolidação das áreas que passaram a integrar as competências da Divisão de Recursos Humanos e Formação.

### 3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do **Canal Parlamento**, a interrupção dos trabalhos decorrente do final da XIII Legislatura levou a que, em 2019, o número de horas de emissão anual tenha ficado abaixo dos de 2018. Se considerarmos, porém, apenas o período de atividade do Parlamento, tanto o número de reuniões gravadas e difundidas como o número de horas de reunião mantêm a tendência de crescimento dos anos anteriores.

Assim, em 2019 o Canal Parlamento gravou e emitiu 292 horas de reuniões plenárias em direto, 1285 horas de reuniões de comissões e 83 horas de outros eventos ou cerimónias, num total de 1660 horas que foram transmitidas em direto na plataforma digital WebTV ([www.canal.parlamento.pt](http://www.canal.parlamento.pt)).

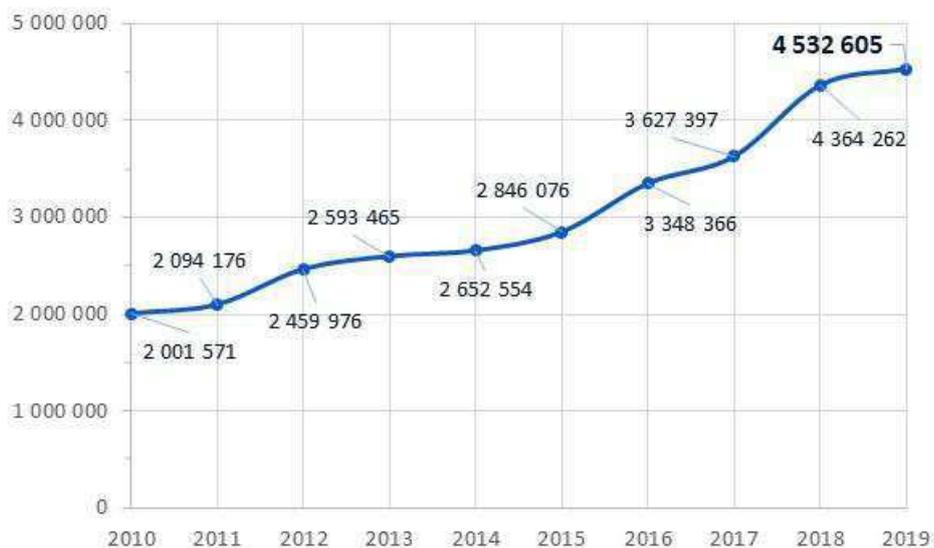
Na Televisão Digital Terrestre (TDT) mantiveram-se as 3100 horas de emissão decorrentes do contratualizado entre a Assembleia da República e a concessionária do serviço de teledifusão nacional, o perfaz um **total de 6200 horas de gravação e transmissão de trabalhos parlamentares** em todas as plataformas ao dispor da AR TV.

O **portal da Internet** da Assembleia da República - [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt) - continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo informação sobre as diversas vertentes da atividade parlamentar e disponibilizando instrumentos para a participação dos cidadãos na vida política.

Em termos estatísticos, o **valor anual de visualizações de páginas no portal foi de 4 532 605**, o que representa uma média mensal de **377 717**, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

Em relação aos **perfis da Assembleia da República nas redes sociais** (3 no Facebook e 1 no Instagram), manteve-se a **tendência de crescimento do número de seguidores e de interações**, decorrente em grande medida da aposta na diversificação dos conteúdos produzidos, alguns dos quais especificamente para estas plataformas, e do esforço realizado no sentido de ter contacto permanente com os referidos seguidores, tanto através das publicações como da resposta atempada às mensagens enviadas por esta via.

Gráfico 8 – NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES NO PORTAL DO PARLAMENTO



No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao palácio de S. Bento continuam a** assumir um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

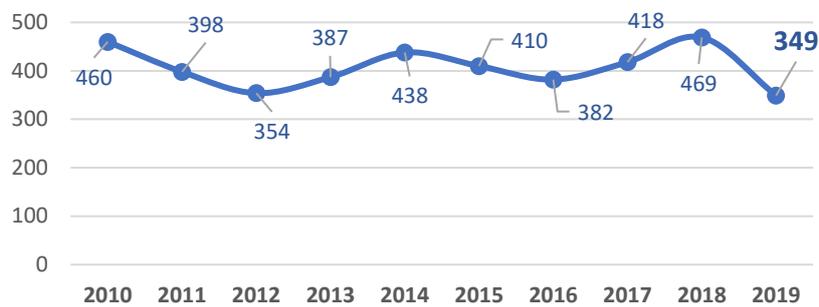
No ano em análise, dentro do formato das visitas dos últimos anos manteve-se as visitas guiadas em dias úteis, no último sábado do mês e ainda visitas livres no âmbito das comemorações do 25 de Abril.

Em 2019 foram, assim, acolhidos **18.507** no Palácio de S. Bento, dos quais **13.337** participaram nas **349 visitas guiadas** realizadas.

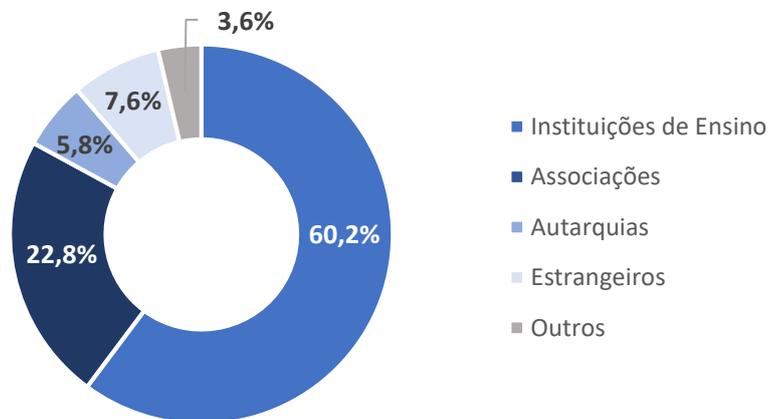
Relativamente ao número de **visitas guiadas** efetuadas, verifica-se um decréscimo de 25,5% relativamente a 2018 (menos 120 visitas), verificando-se também um decréscimo de 18,3% no número de visitantes participantes em visitas guiadas. Estes números são justificados por se tratar de um ano em que ocorreram eleições legislativas com a correspondente interrupção dos trabalhos parlamentares, pelo que não se realizaram as tradicionais visitas livres durante as Jornadas Europeias do Património.

Relativamente ao público-alvo das visitas guiadas, continua a registar-se que os participantes são maioritariamente estudantes de instituições dos vários graus de ensino (especial incidência do 5.º ao 12.º ano), numa proporção de 73% face ao total dos visitantes, pelo que é pertinente dar continuidade ao trabalho desenvolvido no sentido de utilizar este forte instrumento de apresentação do Parlamento, como referido, numa perspetiva pedagógica e de cidadania e de forma participativa e interativa.

**Gráfico 9 – EVOLUÇÃO DAS VISITAS GUIADAS (Dias uteis e Sábados)**



**Gráfico 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR PÚBLICO-ALVO (dias úteis) \***



\*Nota – o n.º de visitantes estudantes foi 73% do total dos visitantes, mas o n.º de visitas efetuadas por instituições de ensino foi apenas 60,2% do total de visitas guiadas efetuadas.

No que diz respeito à **assistência às sessões plenárias**, em 2019, as presenças registadas pelo serviço de segurança nas Galerias foram de 1681 e os pedidos para assistência registados na DMC foram de 17 295, o que perfaz um total de 18 976.

Relativamente ao número de visitantes à exposição **O Direito sobre si mesmo: 150 anos sobre a abolição da escravatura em Portugal**, que esteve patente Átrio Principal do Palácio de São Bento de 3 de julho de 2019 a 31 de janeiro de 2020, teve entre julho e dezembro **1344 visitantes**.

### 3.4 Funcionamento

**3.4.1** Os objetivos estratégicos para 2019 continuaram a centrar-se em **Melhorar a capacidade de resposta e eficiência**", **"Melhorar a comunicação"** e **"Reforçar a eficácia dos sistemas de informação"**, através do cumprimento dos seguintes objetivos:

- **Reforçar a utilização de métodos de trabalho de equipa**, para o qual foram realizadas várias reuniões com o objetivo de envolver e comprometer todos os elementos no acompanhamento das ações a desenvolver para atingir os objetivos, metas e concretizar a missão, promovendo, deste modo, um conhecimento partilhado e global das matérias tratadas e a tratar;
- **Simplificar procedimentos** através da agregação de bens ou serviços num único contrato, assegurando, assim, uma significativa diminuição dos procedimentos administrativos e uma maior celeridade na aquisição deste tipo de bens e serviços, desde que devidamente abrangidos pelo contrato. Por outro lado, promoveu-se a realização de relatórios entre o gestor do contrato e o fornecedor, em contratos de longa duração, permitindo documentar o acompanhamento da execução deste tipo de contratos e implementou-se a fatura eletrónica, disponibilizando aos fornecedores da AR uma plataforma de envio e receção de faturas.
- **Implementar metodologias e ferramentas de qualidade**, na qual foi desenvolvida a Estrutura Comum de Avaliação, preconizada pela metodologia CAF<sup>1</sup>, que tem como objetivo promover a avaliação da qualidade. O processo de autoavaliação desenvolvido permitiu obter um melhor conhecimento das unidades orgânicas que compõem a DAF, servindo de instrumento de gestão da qualidade para melhorar o desempenho dos serviços prestados, induzindo processos de autoavaliação sistemática. O relatório de autoavaliação da CAF, no âmbito da DAF, foi baseado na grelha de autoavaliação CAF e no questionário efetuado aos funcionários da DAF, no qual se identificaram os pontos fortes existentes e as áreas de melhoria a desenvolver.
- **Promover o desenvolvimento das capacidades dos funcionários** parlamentares através de formação em duas áreas essenciais à prossecução das suas tarefas, designadamente, formação no sistema integrado de gestão da AR (SIGAR) e no código da contratação pública.

---

<sup>1</sup> *Common Assessment Framework*

- **Promover uma melhor comunicação interna** – foi dada continuidade à monitorização do Portal das Requisições – Requisições aos armazéns, requisições às compras e requisições obras, manutenção e assistência; nas componentes SIGAR – Aprovisionamento – e Plataforma Eletrónica da Assembleia da República (PEAR), bem como, nas componentes de apoio técnico e de assessoria jurídica, contribuindo para que os serviços efetuem as suas aquisições num quadro de rigor. Deu -se início à análise da estrutura de dados do módulo do *Balanced Scorecard*, do SIGAR, destinado a avaliar o desempenho da DAF.

**3.4.2.** No que se refere à **política ambiental**, consubstanciada no objetivo de transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente deu-se, por um lado, continuidade à implementação do Plano de Gestão de Resíduos e ao Plano de Gestão de Energia e por outro, à integração de critérios ambientais nos procedimentos de contratação pública.

No que se refere ao Plano de Gestão de Resíduos e de acordo com as ações previstas, efetuou-se a manutenção dos circuitos já existentes, incluindo cumprimento das comunicações à Agência Portuguesa do Ambiente - APA; efetuou-se o levantamento das necessidades de ecopontos e a aquisição dos mesmos (cumprimento da fase de recolha seletiva de resíduos) e procedeu-se à agregação de gestão de resíduos hospitalares, higiene feminina e fraldas (creche).

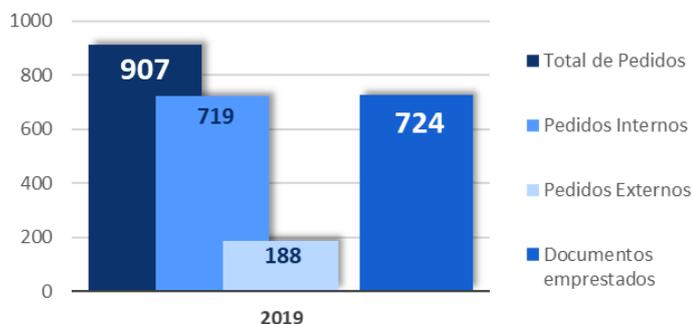
Relativamente ao Plano de Gestão de energia definiu-se o gestor local de energia; efetuou-se a preparação para um aumento da representatividade da energia da AR através do aproveitamento de energia solar (solução fotovoltaico); criou-se o circuito de comunicação do Serviço de Segurança e deu-se início ao processo de contratação para quantificação de emissões da AR.

A integração de critérios ambientais nos procedimentos de contratação pública é uma preocupação crescente nos procedimentos concursais de bens e serviços, tendo no corrente ano sido aplicados aos procedimentos de aquisição de papel de impressão, prestação de serviços de mudanças, fornecimento de refeições e exploração de cafetarias, serviços de limpeza diária, entre outros.

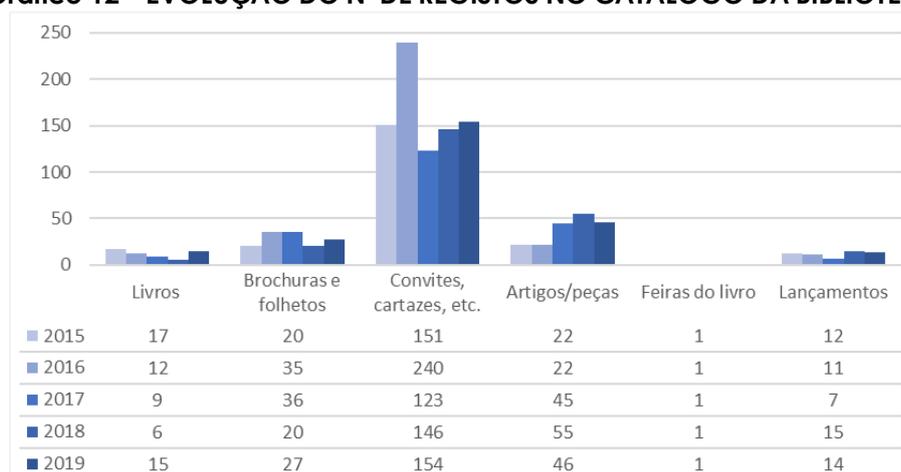
Por último, prosseguiu-se com a promoção de ações de educação ambiental, com o objetivo de difundir boas práticas ambientais na AR, tendo para o efeito sido realizadas ações de formação sobre o dia internacional das florestas, Semana Europeia da mobilidade e ministrado formação em gestão ambiental do módulo inicial de formação aos assessores parlamentares e técnicos de apoio parlamentar.

**3.4.3.** No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2019, 129 078 registos bibliográficos, 52 767 registos de monografias, 3 351 registos de séries e 72 960 registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias).

**Gráfico 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

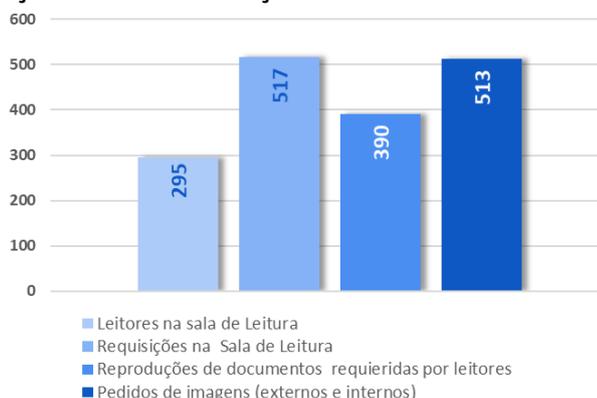


**Gráfico 12 – EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA**



**3.4.4.** No que respeita ao **Arquivo Histórico Parlamentar**, é possível registar o conjunto de atividades mais relevantes durante este ano, relacionadas especialmente com os serviços prestados aos leitores internos e externos, que se podem resumir no gráfico seguinte:

**Gráfico 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR**



**3.4.5.** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2019, nas vertentes de tradução e revisão de textos em nove línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, russo, árabe, alemão, japonês e finlandês).

Nas tipologias dos documentos “pedidos para traduzir” houve um grande aumento no número de pedidos de *curricula e*, quanto ao número de pedidos de tradução de questionários, legislação e documento de outras tipologias houve pouca variação. Foram consideravelmente menos os pedidos de tradução de ementas, de programas e de relatórios.

O âmbito em que foram feitos os pedidos foi muito diversificado, destacando-se: os questionários do CERPD dentro do qual foi feito o maior número de pedidos; as reuniões das organizações parlamentares internacionais, em particular o Grupo dos 12+; e os procedimentos contratuais finlandeses por ocasião da Presidência da Finlândia do Conselho da EU.

Em 2019 procedeu-se ainda à organização do 8.º Encontro de Tradutores da Administração Pública, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, a Comissão Europeia e a Agência para a Modernização Administrativa (AMA).

É de realçar que a 8.ª edição deste encontro foi retomada após um intervalo de três anos. O encontro foi subordinado ao tema «O futuro da tradução na Administração Pública» e decorreu no dia 6 de maio no Auditório António de Almeida Santos, contando com a presença de cerca de 70 participantes.

## 4. Atividade Editorial

A Assembleia da República deu continuidade, em 2019, à atividade editorial, traduzida na edição de livros, brochuras, folhetos, convites e outros materiais promocionais; na renovação e dinamização de artigos na Livraria Parlamentar; na produção de peças e artigos evocativos; na gestão de *stocks* e dos armazéns de peças e publicações, bem como das ofertas institucionais; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento, quer através da Livraria Parlamentar, quer da participação anual na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 17 livros, sendo quatro deles em publicação eletrónica, registando-se uma acentuada subida de 11 títulos relativamente a 2018.

No âmbito da comunicação institucional foi dada continuidade aos trabalhos de conceção de imagens coordenadas para os eventos da Assembleia da República e pela produção de materiais de divulgação diversos. Assinala-se, neste contexto, que a produção de materiais em formato digital continuou, em 2019, a registar uma tendência crescente que decorre do reconhecimento da necessidade de uma maior projeção dos eventos e atividades parlamentares, sobretudo na área das comissões, do protocolo e das relações internacionais, destacando-se as celebrações de abril no Parlamento.

De 29 de maio a 16 de junho de 2019, a Assembleia da República marcou presença na **89.ª Feira do Livro de Lisboa**, com o pavilhão da Livraria Parlamentar, divulgando as edições exclusivas do Parlamento.

**Quadro 13 - ATIVIDADE EDITORIAL 2019**

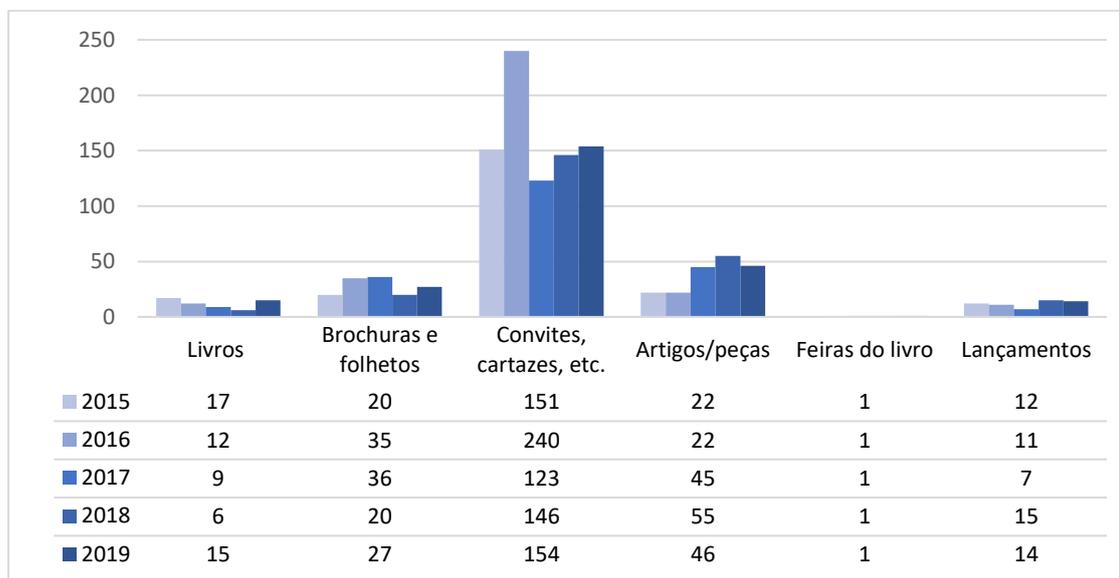
|  |                             |
|--|-----------------------------|
| <b>Livros</b>  |                             |
| Impressos  | <b>13</b>                   |
| Eletrónicos  | <b>4</b>                    |
| <b>Material promocional e de apoio a eventos</b>                       |                             |
| Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes | <b>181</b>                  |
| Agendas  | <b>2</b>                    |
| <b>Peças</b>   |                             |
| Porcelanas, peles, cortiças, papelaria                                 | <b>39 + 5<br/>reedições</b> |
| <b>Exposições</b>  |                             |
| Organização e colaboração (inclui apoio a itinerâncias)                | <b>1</b>                    |
| <b>Feiras do livro</b>   |                             |
| Lisboa e Livraria Parlamentar  | <b>1</b>                    |
| <b>Lançamento de livros</b>  |                             |
| Edições AR   | <b>5</b>                    |
| Outras editoras  | <b>9</b>                    |

O maior volume de vendas registou-se nas peças, seguindo-se as publicações editadas pela Assembleia da República e, finalmente, os livros de outras editoras. Comparativamente a 2018, o valor de vendas de peças e das edições externas diminuiu, mas há a assinalar o aumento no valor de vendas das edições da AR, sendo que os títulos mais vendidos ao longo do ano foram a biografia parlamentar de Hintze Ribeiro, o catálogo da exposição O direito sobre si mesmo: 150 anos da abolição da escravatura em Portugal e a edição mais recente do livro infantil 25 de Abril.

No caso das peças, o material de escrita ocupa os lugares cimeiros, enquanto as edições externas com maior saída são, claramente, as que resultam de sessões de apresentação na AR, não só pela divulgação dedicada que é feita no contexto da cerimónia, como também pelo número de

exemplares que são disponibilizados ao público (geralmente 50 exemplares, número muito superior a outras consignações).

**Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL 2015-2019**



## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1. Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2019, importa salientar a assinatura, em 8 de julho de 2019, pelos Presidentes dos respetivos parlamentos, do Protocolo de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, que foi acompanhado, do ponto de vista administrativo, da assinatura, no mesmo dia, do Programa de Cooperação entre as respetivas administrações parlamentares para o período 2019-2021, na sequência da avaliação efetuada ao programa que vigorou para o triénio anterior.

Destaque ainda para a assinatura do Programa de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de Cabo Verde em 19 de março, na Cidade da Praia, e da assinatura do Programa de Cooperação com a Assembleia Nacional de Angola a 22 de março de 2019, em Lisboa. Em 13 de dezembro, foi ainda assinado o Relatório de Avaliação do Programa de Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique, na sequência da avaliação efetuada ao programa vigente entre as duas administrações parlamentares para o triénio 2017/2019.



Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2019, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com seis Parlamentos de língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional da República de Angola (ANRA) – 2 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 3 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 3 ações**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 4 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 9 ações**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 10 ações**

## **5.2. Multilateral**

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou o VI Curso de Formação Interparlamentar, em Lisboa, de 25 de março a 3 de abril.

A Assembleia da República participou ainda no XIV Encontro de Quadros na Área de Informática, de 13 a 16 de maio de 2019, na Assembleia Nacional de Angola, e no XX Encontro de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 8 a 10 de julho, também em Angola. Já no quadro da presidência brasileira da organização, participou no I Encontro de Quadros das áreas de Redação, Audiovisual e Arquivo, de 21 a 25 de outubro, que decorreu no Congresso Nacional do Brasil.

Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação da “Bases de dados da atividade legislativa e parlamentar”, com o apoio da Assembleia da República, designadamente na Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe e no Parlamento Nacional de Timor Leste, bem como se iniciaram os trabalhos com vista à criação de um catálogo coletivo de bibliotecas dos parlamentos de língua portuguesa.

Em 2019, foram ainda realizadas três missões de *Twinning*, no contexto do apoio em várias áreas aos Parlamentos da Federação da Bósnia-Herzegovina.

## **6. Gestão das Tecnologias de Informação**

Em 2019 foram desenvolvidos projetos destinados à modernização administrativa e tecnológica, nomeadamente a alteração e o desenvolvimento de novos formulários eletrónicos, destinados aos Deputados. Decorreram ainda vários projetos que contribuiriam para o aumento da segurança



informática e de informação. Ao nível da implementação de melhorias das soluções tecnológicas, realça-se o desenvolvimento da nova solução de votação eletrónica para o hemiciclo.

**6.1 – No âmbito da promoção da modernização administrativa e tecnológica,** destacam-se os seguintes projetos:

- **Registo de presenças no Plenário** - No seguimento de requisitos adicionais ao funcionamento do registo de presenças no Hemiciclo, foi implementada uma nova forma de registo de presenças, assegurando que o registo em sessão plenária é executado de forma expressa e voluntária, evitando registos inadvertidos.
- **Interoperabilidade interinstitucional** – Projeto que envolve os diversos órgãos de soberania que intervêm diretamente no Processo Legislativo, nomeadamente Presidência da República, Assembleia da República, Governo e Tribunal Constitucional. Este projeto visa permitir a troca automática de documentos e informação, sendo assegurado o registo automático nos sistemas de informação de cada um dos órgãos envolvidos. Em 2019 foram efetuados os testes de integração com a solução do Governo, aguardando-se a entrada em produção desta solução;
- **Disponibilização de formulário para a “Comunicação de deslocação à Assembleia”** – De acordo com a Resolução da AR n.º 113/2019, foi desenvolvido um novo formulário para a “Comunicação de deslocação à Assembleia”, visando o reforço da transparência e o escrutínio dos Deputados.
- **Revisão dos formulários existentes dos Deputados** - Dando seguimento às alterações introduzidas pelas leis n.º 52/2019, n.º 60/2019 e pela resolução da n.º 113/2019, foram revistos e atualizados diversos formulários desmaterializados destinados aos Deputados (Registo Biográfico, Pedido de Emissão de Cartão de Assinatura Eletrónica Qualificada, Registo de Interesses, Declaração de Inexistência de Incompatibilidades, Comunicação de Deslocação ao Círculo Eleitoral em Trabalho Político e Pedido de Passaportes). As alterações introduzidas visaram também adequar a informação recolhida ao Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- **Desmaterialização das justificações de faltas dos Deputados, em reuniões Plenárias e Comissão Permanente** – Dando seguimento às deliberações da Conferência de Líderes sobre esta matéria, foram desenvolvidos os formulários e fluxos de aprovação para a submissão eletrónica de justificação de faltas a Plenário e Comissão Permanente. A integração com a aplicação de gestão da atividade parlamentar permitiu a atualização automática das faltas no site da AR, contribuindo assim para uma maior celeridade nos processos de divulgação destas matérias.
- **Alteração de dados biográficos de funcionários AR e GP** – Dando seguimento à estratégia de desmaterialização de processos administrativos, foram disponibilizados novos

formulários de alteração de dados biográficos aos funcionários da AR e Grupos Parlamentares com integração com o Sistema Integrado de Gestão da AR (SIGAR);

**6.2** – Ao nível do reforço da **segurança informática e de informação** realizam-se os seguintes projetos:

- **Substituição da Solução de Rede (Hemiciclo e Ed. Novo)** - Com o intuito de assegurar a continuidade tecnológica e a manutenção dos equipamentos de rede do Hemiciclo e do Edifício Novo, procedeu-se à substituição integral dos equipamentos existentes (cujo modelo tinha sido descontinuado) por modelo atualizado.
- **Solução de Gestão de Direitos Digitais** - Na sequência de especiais e urgentes necessidades de gestão de documentação confidencial, referenciadas por várias Comissões Parlamentares, foi adquirida e implementada solução na Comissão de Orçamento e Finanças, para um número restrito de utilizadores, por forma a verificar a completa adequabilidade ao pretendido, antes de a expandir a todos os potenciais utilizadores.
- **Controlo de Acessos ao CPD** - Durante 2019 deu-se lugar à aquisição e instalação de uma nova solução de controlo de acessos às instalações da DTI, uma vez que estas facultam o acesso à sala técnica da AR (Centro de Processamento de Dados), visando melhorar a segurança.
- **Implementação de Política de Uso Aceitável do Sistema Informático (PUA)** – Com o intuito de reforçar a sensibilização dos utilizadores do Sistema Informático da AR para as boas práticas de segurança informática e para a definição das regras de uso do sistema informático, procedeu-se à divulgação, junto dos Serviços, do conteúdo da política de uso aceitável e à recolha de declarações de tomada de conhecimento da mesma assinadas pelos utilizadores.
- **Reforço da segurança no acesso aos sites** – Por forma a reforçar a segurança no acesso aos sites/aplicações da AR, deu-se seguimento à instalação de certificados digitais e adaptação dos sites, por forma a permitir a implementação de uma ligação segura, através do protocolo https. Desta forma foi reforçado o nível de segurança na circulação de informação.
- **Alteração da rede wifi da AR**- Como medida de reforço da segurança informática, foi implementado um novo modelo de funcionamento na solução de rede sem fios da AR. A alteração consistiu na descontinuação do atual sinal "AR", sendo este substituído por outro sinal, "AR-GUEST", com reforço da segurança nas comunicações.

**6.3** – Relativamente ao **desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas** já existentes, foram implementados diversos projetos que concorreram para este objetivo, entre os quais:

- **Votação eletrónica** – Durante o ano de 2019 decorreu a definição de requisitos, desenvolvimento e implementação de uma nova solução de votação eletrónica para o Hemiciclo. Esta nova solução de votação encontra-se atualmente em produção, sendo igualmente ativada nas verificações de quórum.
- **Atualização de Hardware da solução ISE (Identity Services Engine)**- A solução de segurança ISE processa automaticamente os pedidos de acesso à rede interna, apenas concedendo o mesmo aos dispositivos especificados para contacto com os recursos internos, direcionando outros equipamentos para redes de convidados, com acesso apenas à internet
- **Renovação de Cablagem no Edifício D. Carlos** - Em 2019 iniciou-se a substituição integral da cablagem de rede informática do edifício. Esta instalação abrange todos os pisos onde se situam os Serviços da AR, operando a substituição das cablagens de rede e bastidores técnicos de informática.
- **Novos Sensores de Assiduidade** - A obsolescência tecnológica dos sensores de assiduidade existentes na AR impulsionaram a renovação da solução existente, constituída por um servidor de gestão e os equipamentos periféricos de registo de assiduidade. Este projeto incluiu, para além da renovação tecnológica já referida, a migração dos dados biométricos existentes, reduzindo o impacto da renovação nos utilizadores deste sistema.

## 7. Investimentos

### 7.1 Investimentos realizados em 2019

No ano de 2019, em termos orçamentais, regista-se um **acréscimo de 34%** do orçamento de investimento, relativamente a 2018, tendo concorrido para este aumento as rubricas: **“Equipamento de Informática”** com uma variação positiva de 101,8% (913.937,03€) e a rubrica **“Edifícios”** com uma variação de 152,6%, (769.607€).

**Quadro 14 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO**

Unidade: Euro

| INVESTIMENTO                          | OAR2018             | OAR2019             | Var%         |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|
|                                       | Corrigido           | Corrigido           |              |
|                                       | 1                   | 2                   | 3            |
| Edifícios                             | 504 493,00          | <b>1 274 100,00</b> | 152,6%       |
| Equipamento de informática            | 897 769,97          | <b>1 811 707,00</b> | 101,8%       |
| Software informático                  | 807 497,00          | <b>853 114,00</b>   | 5,6%         |
| Equipamento Administrativo            | 408 865,00          | <b>508 193,00</b>   | 24,3%        |
| Artigos e objetos de valor            | 30 000,00           | <b>6 000,00</b>     | -80,0%       |
| Equipamento de gravação e audiovisual | 1 647 500,00        | <b>1 682 004,00</b> | 2,1%         |
| Investimentos Incorpóreos             | 0,00                | <b>2 230,00</b>     | n.a.         |
| Bens do Domínio Público               | 1 030 666,00        | <b>1 000 000,00</b> | -3,0%        |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>5 326 790,97</b> | <b>7 137 348,00</b> | <b>34,0%</b> |

Os valores orçamentados apresentam um nível de execução global em 2019 de **47,5%**, registando-se um acréscimo de 16,1% da execução orçamental relativamente a 2018 (cfr. Quadro 5).

O orçamento para investimento não utilizado, em 2019, foi de 3.748.391,91€, representando, em grande parte, os baixos níveis de execução em: "Equipamento de gravação e audiovisual", "Edifícios", "Equipamento Informático" e (cf. Quadro 15).

A execução de 21,6% em "**Edifícios**" deve-se à impugnação judicial, em 2018, do procedimento relativo ao projeto de conceção do Centro Interpretativo Parlamentar (CIP) a realizar na Casa Amarela tendo a decisão do Supremo Tribunal Administrativo sido conhecida apenas em setembro de 2019, atrasando desta forma todo o desenvolvimento planeado para a implementação da empreitada do CIP que transitou, assim, para o ano de 2020.

**Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS**

Unidade: Euro

| INVESTIMENTO                          | Corrigido<br>1      | 2019                    |              |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------|
|                                       |                     | Encargos Assumidos<br>2 | GR%<br>3     |
| Edifícios                             | 1 274 100,00        | 275 436,71              | 21,6%        |
| Equipamento de informática            | 1 811 707,00        | 1 143 751,35            | 63,1%        |
| Software informático                  | 853 114,00          | 672 789,21              | 78,9%        |
| Equipamento Administrativo            | 508 193,00          | 333 971,17              | 65,7%        |
| Artigos e objetos de valor            | 6 000,00            | 4 305,83                | 71,8%        |
| Equipamento de gravação e audiovisual | 1 682 004,00        | 82 132,63               | 4,9%         |
| Investimentos Incorpóreos             | 2 230,00            | 2 229,80                | 100,0%       |
| Bens do Domínio Público               | 1 000 000,00        | 874 339,39              | 87,4%        |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>7 137 348,00</b> | <b>3 388 956,09</b>     | <b>47,5%</b> |

Os investimentos, contabilizados em "**Edifícios**" e em "**Bens de domínio público**" - Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No que se refere ao "**Equipamento Audiovisual**" cuja execução foi a mais baixa (4,9%), é justificado pela necessidade de dotar mais 4 salas das comissões de câmaras para gravação e difusão dos trabalhos parlamentares e ainda da necessidade de substituir as câmaras instaladas na Sala das Sessões (com cerca de 20 anos), cujos trabalhos de abertura se encontravam a decorrer, mas só em 2020 será possível dar início aos procedimentos (o primeiro projeto exige a abertura de concurso público internacional para a aquisição e instalação de 4 régies, câmaras, cablagens, servidores e software).

No ano de 2019, no âmbito do investimento os objetivos estratégicos passaram por **melhorar as condições de trabalho com ecoeficiência**, designadamente nas seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR, GP's/DURP's e EAI dos equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que neste domínio do “Equipamento administrativo” verificou-se uma taxa de execução orçamental na ordem dos 65,7%, em que se incluem aquisições de mobiliário e de equipamento de escritório, substituição de equipamentos de AVAC e, em matéria de segurança, a aquisição de um chaveiro eletrónico, que inclui um sistema de gestão de controlo de chaves para o Edifício das EAI. Acresce que a necessidade de adquirir a nova unidade eletrogénea de emergência para o Palácio, que surgiu em meados de 2019 e só veio a concretizar-se em 2020, justifica a baixa execução verificada.
  
- **Melhoria contínua das instalações** que agrega a **conservação do Património Imobiliário da AR**. Em termos de obras de melhoria/conservação foram concluídas as seguintes **empreitadas**:
  - substituição de 20 portas de sacada no Andar Nobre, com o objetivo de serem substituídas as janelas e portadas com maiores sinais de degradação;
  - reabilitação das coberturas da Sala Sophia e da DTI, com o objetivo de substituir as telhas, reparar os guarda-corpos, passadiços, caleiras e zona de empenas do Hemiciclo e evitar futuras infiltrações;
  - ampliação da DAC destinada à criação de novas salas;
  - climatização e ventilação do bar dos deputados e sala de refeições de S. Exa o PAR, destinada a substituir o sistema de ar condicionado que se encontrava incapacitado de climatizar os espaços convenientemente, devido à idade dos aparelhos;
  - Requalificação do pavimento do Parque de Estacionamento Subterrâneo – fase II (Novo Edifício, piso -3). Esta empreitada promoveu a execução de novo pavimento em material epóxi que inclui pavimento antiderrapante nas zonas de circulação e zonas de atravessamento (passadeiras).

Em face dos objetivos de uma criteriosa gestão orçamental houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados. Outro dos fatores que contribuiu para a reduzida execução dos investimentos foi a complexidade dos projetos, que obrigaram a constantes reformulações e à revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

## 7.2 Projetos transitados para 2019

A identificação dos projetos da Assembleia da República com encargos transitados para 2019, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de

decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 16 – PROJETOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2019**

|  |                     |
|--|---------------------|
| <b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO</b>   |                     |
| 07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios                                   | <b>474 617,69</b>   |
| <b>EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL</b>   |                     |
| 07.01.15 B - Equipamento audiovisual   | <b>6 126,58</b>     |
| <b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>  |                     |
| 07.01.07 A e B - Material de informática - hw comunicação e outro                | <b>377 425,85</b>   |
| <b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>  |                     |
| 07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software | <b>184 492,59</b>   |
| <b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>  |                     |
| 07.01.09 B -Outro equipamento administrativo                                     | <b>43 585,60</b>    |
| <b>ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR</b>  |                     |
| 07.01.12B - Artigos e objectos de valor  | <b>222,40</b>       |
| <b>Total</b>   | <b>1 086 470,71</b> |

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA) e "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado", "Observatório Técnico Independente", "Comissão Independente para a Descentralização", "Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência" (Me-CDPD) e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

O regime jurídico do "Mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" foi criado através da Lei n.º 71/2019, de 2 de setembro, cujo respetivo artigo 8.º determina que o apoio administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento do Me-CDPD, bem como à sua instalação, é assegurado por verbas inscritas no seu orçamento anual, o qual consta do orçamento da Assembleia da República, tendo sido necessário

realizar, em 2019, despesas de valor diminuto, antes de passar a receber em 2020 as transferências correntes e de capital da AR.

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro abaixo, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

### Quadro 17 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

| ENTIDADES   | OAR2018              | OAR2019              | Var%         |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
|   | corrigido            | corrigido            |              |
|   | 1                    | 2                    | 3            |
| Entidade Reguladora para a Comunicação Social               | 1 823 240,00         | <b>1 823 240,00</b>  | 0,0%         |
| Comissão Nacional de Eleições                               | 1 808 280,00         | <b>2 380 400,00</b>  | 31,6%        |
| Provedoria de Justiça                                       | 5 269 880,00         | <b>5 269 880,00</b>  | 0,0%         |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados                     | 1 217 468,00         | <b>2 077 445,00</b>  | 70,6%        |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos           | 810 500,00           | <b>806 000,00</b>    | -0,6%        |
| Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida         | 282 192,00           | <b>316 117,00</b>    | 12,0%        |
| Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações          | 203 586,00           | <b>199 416,59</b>    | -2,0%        |
| Conselho dos Julgados de Paz                                | 295 661,12           | <b>272 666,44</b>    | -7,8%        |
| Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida       | 235 771,00           | <b>284 766,01</b>    | 20,8%        |
| Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal | 179 907,28           | <b>188 106,27</b>    | 4,6%         |
| Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN    | 121 094,35           | <b>90 315,00</b>     | -25,4%       |
| Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado                 | 210 929,00           | <b>116 748,08</b>    | -44,7%       |
| Comissão Técnica Independente - Incêndios                   | 154 051,93           | <b>0,00</b>          | -100,0%      |
| Observatório Técnico Independente                           | 153 486,18           | <b>508 841,00</b>    | 231,5%       |
| Comissão Independente para a Descentralização               | 159 324,00           | <b>646 498,66</b>    | 305,8%       |
| Associação dos Ex-Deputados                                 | 24 250,00            | <b>46 000,00</b>     | 89,7%        |
| Grupo Desportivo Parlamentar                                | 14 017,00            | <b>14 017,00</b>     | 0,0%         |
| Monitorização da Implementação Convenção DPD                | 0,00                 | <b>850,00</b>        | n.a.         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>12 963 637,86</b> | <b>15 041 307,05</b> | <b>16,0%</b> |

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 93,7%, sendo que, no que respeita às Entidades autónomas que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2019 e à não requisição da totalidade das verbas, atendendo, por exemplo, ao nível de receitas próprias registado por algumas entidades.

No que respeita aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 98,3% (OTI) e 61,7% (CNPMA), como se infere do Quadro 18:

**Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

| ENTIDADES   | OAR2019                |                         |              |
|---|------------------------|-------------------------|--------------|
|   | Dotação corrigida<br>1 | Encargos Assumidos<br>2 | GR%<br>3     |
| Entidade Reguladora para a Comunicação Social               | 1 823 240,00           | 1 823 240,00            | 100,0%       |
| Comissão Nacional de Eleições                               | 2 380 400,00           | 2 118 716,00            | 89,0%        |
| Provedoria de Justiça                                       | 5 269 880,00           | 5 182 991,00            | 98,4%        |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados                     | 2 077 445,00           | 1 802 500,00            | 86,8%        |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos           | 806 000,00             | 796 942,00              | 98,9%        |
| Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida         | 316 117,00             | 299 037,00              | 94,6%        |
| Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações          | 199 416,59             | 142 619,90              | 71,5%        |
| Conselho dos Julgados de Paz                                | 272 666,44             | 250 356,58              | 91,8%        |
| Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida       | 284 766,01             | 175 704,81              | 61,7%        |
| Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal | 188 106,27             | 165 560,13              | 88,0%        |
| Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN    | 90 315,00              | 59 426,53               | 65,8%        |
| Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado                 | 116 748,08             | 80 673,62               | 69,1%        |
| Observatório Técnico Independente                           | 508 841,00             | 499 988,52              | 98,3%        |
| Comissão Independente para a Descentralização               | 646 498,66             | 632 145,46              | 97,8%        |
| Associação dos Ex-Deputados                                 | 46 000,00              | 46 000,00               | 100,0%       |
| Grupo Desportivo Parlamentar                                | 14 017,00              | 14 017,00               | 100,0%       |
| Monitorização da Implementação Convencção DPD               | 850,00                 | 838,37                  | 98,6%        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>15 041 307,05</b>   | <b>14 090 756,92</b>    | <b>93,7%</b> |

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, importa salientar que a Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro, determinou a redução definitiva de 10% das subvenções aos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho e de 20% da subvenção para campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º do mesmo diploma legal.

Nestes termos, foram inscritos 14.469.352,85€ para fazer face ao pagamento das **subvenções aos partidos políticos (representados e não representados)**, considerando os votos/resultados eleitorais das eleições legislativas de 2019, com um grau de execução de 100%.

Foram ainda orçamentados, a título de “**Subvenção pública para as campanhas eleitorais**”, com origem quer em transferências do OE - 10.913.856€ - quer em receitas próprias, face à cobrança de RNAP e à necessidade de fazer face ao aumento, em 2019, do IAS, não previsto em OAR2019 inicial: 19.911.756,93€, com uma taxa de execução de 52,1%, distribuídos da seguinte forma:

- 782.655,83€- saldo que transitou **de 2018** relativo a **Autárquicas de 2013**;
- 8.010.002,55€- saldo que transitou **de 2018** relativo a **Autárquicas de 2017**;

- 682,55€ de RNAPS cobradas de 2019 (relativas a verbas pagas em anos anteriores) de subvenções Autárquicas 2017;
- 3.486.080€ - subvenção para a campanha das eleições ao **Parlamento Europeu 2019**;
- 630.176€ -Subvenção para a campanha das eleições para a Assembleia **Legislativa da Região Autónoma da Madeira 2019**;
- 6.972.160€ - Subvenção para a campanha das eleições para a **Assembleia da República 2019**; e
- 30.000€ - RNAPS que se estimam cobrar de subvenções para as campanhas de diversos atos eleitorais.

No ano de 2019 foi entregue ao Tesouro o saldo da subvenção para a campanha das eleições autárquicas de 2013 em poder da AR a 31.12.2018 (782.655,83€), não tendo ainda ficado encerrado o pagamento desta subvenção dado que foram emitidas guias de reposição em 2019 e em 2020, estando a AR a proceder à cobrança das mesmas.

Os saldos em aberto a 31/12/2019, constantes do mapa infra, oriundos de transferências do OE, relativos às subvenções às campanhas eleitorais serão devolvidos ao Tesouro quando o processo de pagamento e de cobrança das reposições inerentes a esses atos eleitorais se encontrarem concluídos.

| ELEIÇÕES                                  | SALDO<br>31/12/2018 | REQUISITADO EM<br>2019 | EXECUÇÃO EM<br>2019 | DEVOLVIDO<br>DGT EM 2019 | RNAPS<br>COBRADAS<br>EM 2019 | SALDO<br>31/12/2019 |
|---|---------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|------------------------------|---------------------|
|   | 1                   | 2                      | 3                   | 4                        | 5                            | 6<br>(+2-3-4+5)     |
| AUTÁRQUICAS 2013                          | 782 655,83          | 0,00                   | 0,00                | 782 655,83               | 500 000,00                   | 500 000,00          |
| AUTÁRQUICAS 2017                          | 8 010 002,55        | 0,00                   | 116 896,69          | 0,00                     | 682,55                       | 7 893 788,41        |
| PARLAMENTO EUROPEU 2019                   | 0,00                | 3 421 280,00           | 3 267 549,42        | 0,00                     | 0,00                         | 153 730,58          |
| LEGISLATIVAS REGIONAIS DA RA MADEIRA 2019 | 0,00                | 630 176,00             | 630 176,00          | 0,00                     | 0,00                         | 0,00                |
| LEGISLATIVAS 2019                         | 0,00                | 6 862 400,00           | 5 573 488,89        | 0,00                     | 0,00                         | 1 288 911,11        |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>8 792 658,38</b> | <b>10 913 856,00</b>   | <b>9 588 111,00</b> | <b>782 655,83</b>        | <b>500 682,55</b>            | <b>9 836 430,10</b> |

## 9. Execução Financeira

### 9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 74,3%, face a uma execução financeira que foi de 72,5%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

**Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)**

Unidade: Euro

| DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA       | Dotação corrigida<br>1 | OAR2019                 |                       | GR%                      |                          |
|---|------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|
|   |                        | Encargos Assumidos<br>2 | Despesa Paga<br>3     | Orçamental<br>4<br>(2/1) | Financeira<br>5<br>(3/1) |
| <b>Corrente</b>                           | <b>80 739 754,00</b>   | <b>64 027 543,19</b>    | <b>62 623 910,40</b>  | <b>79,3%</b>             | <b>77,6%</b>             |
| <b>Despesas com Pessoal</b>               | <b>53 056 840,90</b>   | <b>48 355 422,83</b>    | <b>48 335 973,73</b>  | <b>91,1%</b>             | <b>91,1%</b>             |
| Remun. certas e permanentes               | 39 934 542,75          | 37 059 287,55           | 37 039 950,52         | 92,8%                    | 92,8%                    |
| Abonos variáveis ou eventuais             | 3 814 675,15           | 2 982 307,61            | 2 982 307,61          | 78,2%                    | 78,2%                    |
| Segurança social                          | 9 307 623,00           | 8 313 827,67            | 8 313 715,60          | 89,3%                    | 89,3%                    |
| <b>Aquisição de bens e serviços</b>       | <b>19 188 042,50</b>   | <b>14 369 238,18</b>    | <b>12 985 140,33</b>  | <b>74,9%</b>             | <b>67,7%</b>             |
| Aquisição de bens                         | 1 637 131,00           | 1 112 415,59            | 941 101,19            | 67,9%                    | 57,5%                    |
| Aquisição de serviços                     | 17 550 911,50          | 13 256 822,59           | 12 044 039,14         | 75,5%                    | 68,6%                    |
| <b>Juros e outros encargos</b>            | <b>4 000,00</b>        | <b>3 029,67</b>         | <b>3 029,67</b>       | <b>75,7%</b>             | <b>75,7%</b>             |
| Juros e outros encargos                   | 4 000,00               | 3 029,67                | 3 029,67              | 75,7%                    | 75,7%                    |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>65 817,00</b>       | <b>60 017,00</b>        | <b>60 017,00</b>      | <b>91,2%</b>             | <b>91,2%</b>             |
| Entidades Privadas ou Públicas            | 60 017,00              | 60 017,00               | 60 017,00             | 100,0%                   | 100,0%                   |
| Exterior                                  | 5 800,00               | 0,00                    | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Subvenções</b>                         | <b>945 128,87</b>      | <b>941 156,00</b>       | <b>941 156,00</b>     | <b>99,6%</b>             | <b>99,6%</b>             |
| Subvenção aos Grupos Parlam.              | 945 128,87             | 941 156,00              | 941 156,00            | 99,6%                    | 99,6%                    |
| <b>Outras despesas correntes</b>          | <b>7 479 924,73</b>    | <b>298 679,51</b>       | <b>298 593,67</b>     | <b>4,0%</b>              | <b>4,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 7 130 589,73           | 0,00                    | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| Diversas                                  | 349 335,00             | 298 679,51              | 298 593,67            | 85,5%                    | 85,5%                    |
| <b>Capital</b>                            | <b>12 652 906,00</b>   | <b>3 403 900,59</b>     | <b>2 307 765,77</b>   | <b>26,9%</b>             | <b>18,2%</b>             |
| <b>Aquisição de bens de capital</b>       | <b>7 163 905,00</b>    | <b>3 394 559,97</b>     | <b>2 303 095,46</b>   | <b>47,4%</b>             | <b>32,1%</b>             |
| Investimentos                             | 6 163 905,00           | 2 520 220,58            | 1 903 373,76          | 40,9%                    | 30,9%                    |
| Bens do Domínio Público                   | 1 000 000,00           | 874 339,39              | 399 721,70            | 87,4%                    | 40,0%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>18 000,00</b>       | <b>9 340,62</b>         | <b>4 670,31</b>       | <b>51,9%</b>             | <b>25,9%</b>             |
| Resto do Mundo                            | 18 000,00              | 9 340,62                | 4 670,31              | 51,9%                    | 25,9%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>5 471 001,00</b>    | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>           | <b>0,0%</b>              | <b>0,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 5 471 001,00           | 0,00                    | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Total AR</b>                           | <b>93 392 660,00</b>   | <b>67 431 443,78</b>    | <b>64 931 676,17</b>  | <b>72,2%</b>             | <b>69,5%</b>             |
| <b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b> | <b>47 054 191,78</b>   | <b>36 863 545,68</b>    | <b>36 863 545,68</b>  | <b>78,3%</b>             | <b>78,3%</b>             |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>12 230 856,00</b>   | <b>11 589 443,00</b>    | <b>11 589 443,00</b>  | <b>94,8%</b>             | <b>94,8%</b>             |
| Administração Central                     | 12 230 856,00          | 11 589 443,00           | 11 589 443,00         | 94,8%                    | 94,8%                    |
| <b>Subsidios/ Subvenções</b>              | <b>33 598 453,95</b>   | <b>24 057 463,85</b>    | <b>24 057 463,85</b>  | <b>71,6%</b>             | <b>71,6%</b>             |
| Instituições/ fins lucrativos             | 33 598 453,95          | 24 057 463,85           | 24 057 463,85         | 71,6%                    | 71,6%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>442 226,00</b>      | <b>433 983,00</b>       | <b>433 983,00</b>     | <b>98,1%</b>             | <b>98,1%</b>             |
| Administração Central                     | 442 226,00             | 433 983,00              | 433 983,00            | 98,1%                    | 98,1%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>782 655,83</b>      | <b>782 655,83</b>       | <b>782 655,83</b>     | <b>100,0%</b>            | <b>100,0%</b>            |
| Saldo - Devolução Tesouro                 | 782 655,83             | 782 655,83              | 782 655,83            | 100,0%                   | 100,0%                   |
| <b>Total Global</b>                       | <b>140 446 851,78</b>  | <b>104 294 989,46</b>   | <b>101 795 221,85</b> | <b>74,3%</b>             | <b>72,5%</b>             |

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 2.499.767,61€, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20, sendo que deu origem à transição de encargos, por processar.

**Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2018 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Unidade: Euro

| Despesa por Classificação Económica       | OAR2019                 |                          |                       |                          | Encargos por pagar<br>5<br>(1-3) |
|---|-------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|----------------------------------|
|   | Encargos Assumidos<br>1 | Estrutura<br>2<br>(1/Σ1) | Despesa Paga<br>3     | Estrutura<br>4<br>(3/Σ3) |                                  |
| <b>Corrente</b>                           | <b>64 027 543,19</b>    | <b>61,4%</b>             | <b>62 623 910,40</b>  | <b>61,5%</b>             | <b>1 403 632,79</b>              |
| <b>Despesas com Pessoal</b>               | <b>48 355 422,83</b>    | <b>46,4%</b>             | <b>48 335 973,73</b>  | <b>47,5%</b>             | <b>19 449,10</b>                 |
| Remun. certas e permanentes               | 37 059 287,55           | 35,5%                    | 37 039 950,52         | 36,4%                    | 19 337,03                        |
| Abonos variáveis ou eventuais             | 2 982 307,61            | 2,9%                     | 2 982 307,61          | 2,9%                     | 0,00                             |
| Segurança social                          | 8 313 827,67            | 8,0%                     | 8 313 715,60          | 8,2%                     | 112,07                           |
| <b>Aquisição de bens e serviços</b>       | <b>14 369 238,18</b>    | <b>13,8%</b>             | <b>12 985 140,33</b>  | <b>12,8%</b>             | <b>1 384 097,85</b>              |
| Aquisição de bens                         | 1 112 415,59            | 1,1%                     | 941 101,19            | 0,9%                     | 171 314,40                       |
| Aquisição de serviços                     | 13 256 822,59           | 12,7%                    | 12 044 039,14         | 11,8%                    | 1 212 783,45                     |
| <b>Juros e outros encargos</b>            | <b>3 029,67</b>         | <b>0,0%</b>              | <b>3 029,67</b>       | <b>0,0%</b>              | <b>0,00</b>                      |
| Juros e outros encargos                   | 3 029,67                | 0,0%                     | 3 029,67              | 0,0%                     | 0,00                             |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>60 017,00</b>        | <b>0,1%</b>              | <b>60 017,00</b>      | <b>0,1%</b>              | <b>0,00</b>                      |
| Entidades Privadas ou Públicas            | 60 017,00               | 0,1%                     | 60 017,00             | 0,1%                     | 0,00                             |
| <b>Subvenções</b>                         | <b>941 156,00</b>       | <b>0,9%</b>              | <b>941 156,00</b>     | <b>0,9%</b>              | <b>0,00</b>                      |
| Subvenção aos Grupos Parl.                | 941 156,00              | 0,9%                     | 941 156,00            | 0,9%                     | 0,00                             |
| <b>Outras despesas correntes</b>          | <b>298 679,51</b>       | <b>0,3%</b>              | <b>298 593,67</b>     | <b>0,3%</b>              | <b>85,84</b>                     |
| Diversas                                  | 298 679,51              | 0,3%                     | 298 593,67            | 0,3%                     | 85,84                            |
| <b>Capital</b>                            | <b>3 403 900,59</b>     | <b>3,3%</b>              | <b>2 307 765,77</b>   | <b>2,3%</b>              | <b>1 096 134,82</b>              |
| <b>Aquisição de bens de capital</b>       | <b>3 394 559,97</b>     | <b>3,3%</b>              | <b>2 303 095,46</b>   | <b>2,3%</b>              | <b>1 091 464,51</b>              |
| Investimentos                             | 2 520 220,58            | 2,4%                     | 1 903 373,76          | 1,9%                     | 616 846,82                       |
| Bens do Domínio Público                   | 874 339,39              | 0,8%                     | 399 721,70            | 0,4%                     | 474 617,69                       |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>9 340,62</b>         | <b>0,0%</b>              | <b>4 670,31</b>       | <b>0,0%</b>              | <b>4 670,31</b>                  |
| Resto do Mundo                            | 9 340,62                | 0,0%                     | 4 670,31              | 0,0%                     | 4 670,31                         |
| <b>Total AR</b>                           | <b>67 431 443,78</b>    | <b>64,7%</b>             | <b>64 931 676,17</b>  | <b>63,8%</b>             | <b>2 499 767,61</b>              |
| <b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b> | <b>36 863 545,68</b>    | <b>35,3%</b>             | <b>36 863 545,68</b>  | <b>36,2%</b>             | <b>0,00</b>                      |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>11 589 443,00</b>    | <b>11,1%</b>             | <b>11 589 443,00</b>  | <b>11,4%</b>             | <b>0,00</b>                      |
| Administração Central                     | 11 589 443,00           | 11,1%                    | 11 589 443,00         | 11,4%                    | 0,00                             |
| <b>Subsídios/ Subvenções</b>              | <b>24 057 463,85</b>    | <b>23,1%</b>             | <b>24 057 463,85</b>  | <b>23,6%</b>             | <b>0,00</b>                      |
| Instituições/ fins lucrativos             | 24 057 463,85           | 23,1%                    | 24 057 463,85         | 23,6%                    | 0,00                             |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>433 983,00</b>       | <b>0,4%</b>              | <b>433 983,00</b>     | <b>0,4%</b>              | <b>0,00</b>                      |
| Administração Central                     | 433 983,00              | 0,4%                     | 433 983,00            | 0,4%                     | 0,00                             |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>782 655,83</b>       | <b>0,8%</b>              | <b>782 655,83</b>     | <b>0,8%</b>              | <b>0,00</b>                      |
| Saldo - Devolução Tesouro                 | 782 655,83              | 0,8%                     | 782 655,83            | 0,8%                     | 0,00                             |
| <b>Total Global</b>                       | <b>104 294 989,46</b>   | <b>100,0%</b>            | <b>101 795 221,85</b> | <b>100,0%</b>            | <b>2 499 767,61</b>              |

O Quadro 20 evidencia, assim, os encargos transitados para 2020 por pagar (deste valor só transitam os encargos por processar, distintos dos "por pagar"), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,8%, semelhante à de anos anteriores, tendo transitado por pagar o montante de 1.403.632,79€.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 67,8% de 2019 face aos 72,8% de 2018, 79,3% de 2017 e 78,7% de 2016. Transitou para 2020 um valor de despesa, autorizada e não paga, de 1.096.134,82€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2020, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 9.2 Das Receitas

Importa salientar, na estrutura da receita, que as verbas cobradas pela Assembleia da República representam 0,5% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um acréscimo de 12,9% face ao valor cobrado em 2018 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 128,8% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

**Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

| RECEITAS COBRADAS<br>POR NATUREZA                | OAR 2018<br>1        | OAR 2019<br>2        | Var%<br>3    |
|--|----------------------|----------------------|--------------|
| Publicações, impressos e artigos diversos        | 24 158,75            | <b>22 959,29</b>     | -5,0%        |
| Outros bens                                      | 30 101,94            | <b>28 450,05</b>     | -5,5%        |
| Juros  | 6 205,00             | <b>0,00</b>          | -100,0%      |
| Reposições não abatidas                          | 67 667,44            | <b>72 188,99</b>     | 6,7%         |
| Vendas de senhas de refeição                     | 238 783,75           | <b>240 929,56</b>    | 0,9%         |
| Rendas   | 43 448,92            | <b>48 782,67</b>     | 12,3%        |
| Venda de bens de investimento                    | 3 295,62             | <b>20 584,32</b>     | 524,6%       |
| Receitas diversas - AR                           | 15 019,45            | <b>3 408,89</b>      | -77,3%       |
| Indemnizações                                    | 0,00                 | <b>46 786,47</b>     | n.a.         |
| <b>Receitas Cobradas</b>                         | <b>428 680,87</b>    | <b>484 090,24</b>    | <b>12,9%</b> |
| <b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>    | <b>26 172 549,37</b> | <b>25 180 737,55</b> | <b>-3,8%</b> |
| <b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b> | <b>63 039 897,00</b> | <b>64 098 014,00</b> | <b>1,7%</b>  |
| <b>Total</b>                                     | <b>89 641 127,24</b> | <b>89 762 841,79</b> | <b>0,1%</b>  |

Como se retira do Quadro 21, das receitas próprias da AR as variações positivas, face ao ano anterior, verificam-se em “Vendas de bens de investimento” (524,6%) face à opção de compra dos equipamentos por parte dos Deputados que cessaram o mandato na XIII Legislatura, pelo valor não amortizado, “Rendas” (12,3%), “Reposições não abatidas” (6,7%) e “Vendas de senhas de refeição” (0,9%) verificando-se os seguintes decréscimos nas restantes tipologias de receita própria: “Publicações, impressos e artigos diversos” (-5%), “Outros bens” (-5,5%), “Juros” (-100%), e “Receitas diversas” (-77,3%).

O **financiamento com origem no OE, que representa 71,4% do total do OAR2019** reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação positiva em relação a 2018, ano em que o financiamento do OE representou 70,3%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2019 constam do quadro abaixo:

**Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2019**

Unidade: Euro

| NATUREZA DA RECEITA                              | Receita OAR2019      |                      |               |
|--|----------------------|----------------------|---------------|
|  | corrigida<br>1       | cobrada<br>2         | GR%<br>3      |
| Publicações, impressos e artigos diversos        | 18 500,00            | 22 959,29            | 124,1%        |
| Outros bens                                      | 21 250,00            | 28 450,05            | 133,9%        |
| Juros  | 50,00                | 0,00                 | 0,0%          |
| Reposições não abatidas                          | 30 000,00            | 72 188,99            | 240,6%        |
| Vendas de senhas de refeição                     | 250 000,00           | 240 929,56           | 96,4%         |
| Rendas   | 48 000,00            | 48 782,67            | 101,6%        |
| Venda de bens de Investimento                    | 5 010,00             | 20 584,32            | 410,9%        |
| Receitas diversas - AR                           | 2 170,00             | 3 408,89             | 157,1%        |
| Indemnizações                                    | 1 000,00             | 46 786,47            | 4678,6%       |
| <b>Receitas Cobradas</b>                         | <b>375 980,00</b>    | <b>484 090,24</b>    | <b>128,8%</b> |
| <b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>    | <b>25 314 615,70</b> | <b>25 180 737,55</b> | <b>99,5%</b>  |
| <b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b> | <b>67 702 064,30</b> | <b>64 098 014,00</b> | <b>94,7%</b>  |
| <b>Total</b>                                     | <b>93 392 660,00</b> | <b>89 762 841,79</b> | <b>96,1%</b>  |

Da análise do Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2019 foi superior à orçamentada, apresentando um grau de execução orçamental de 128,8%. A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 15, registando-se em 2019 um decréscimo de 5%, face a 2018 (em valores absolutos de 2.851,35€).

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA 2015-2019



## 10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2019

Na sequência da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (**SNC-AP**) encetado pela AR em 2017 nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de Enquadramento ao PCM), Manual de Implementação ao SNC-AP, entre outras disposições, emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e pela UNILEO, deu-se continuidade a consolidação da aplicação das NCP aplicadas ao exercício económico de 2018.

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A prestação de contas, referente ao ano económico de 2019, é assim, apresentada de acordo com o normativo, SNC-AP e segundo as instruções preconizadas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, que introduziu, ainda em 2019, a reformulação da plataforma eletrónica de prestação de contas, bem como a organização da documentação integrante para a prestação de contas em SNC-AP, de acordo com o mencionado Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A NCP 1 define o formato de divulgação de informação adicional dos resultados da entidade sob a forma de indicadores de desempenho. Adicionalmente, as orientações da RPG 3 - *Reporting Service*

Performance Information do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) incidem sobre informações de desempenho a incluir no relatório de gestão da entidade, em complemento às suas demonstrações financeiras, com o propósito de apresentar informações de desempenho e consolidação.

Neste sentido, é apresentado um conjunto de indicadores, de natureza económico-financeira e de natureza orçamental, a fim de se poder avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da AR. Pretende-se, através de um número conciso de indicadores obter uma visão global da situação económico-financeira da AR, no contexto específico da sua área de atuação.

#### Indicadores de natureza económico-financeiros:

| Dimensão             | Indicador  |
|----------------------|--|
| Liquidez             | Liquidez Geral<br>Liquidez Reduzida<br>Liquidez Imediata   |
| Rentabilidade        | Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)<br>Taxa de Margem Bruta (TMB)<br>Rentabilidade do Património Líquido (RPL)<br>Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)                                  |
| Atividade            | Grau de Rotação do Ativo (GRA)<br>Prazo Médio de Inventários (PMI)<br>Prazo Médio de Recebimentos (PMR)<br>Prazo Médio de Pagamentos (PMP)<br>Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas |
| Estrutura Financeira | Autonomia Financeira<br>Solvabilidade<br>Grau de cobertura dos gastos financeiros<br>Endividamento   |

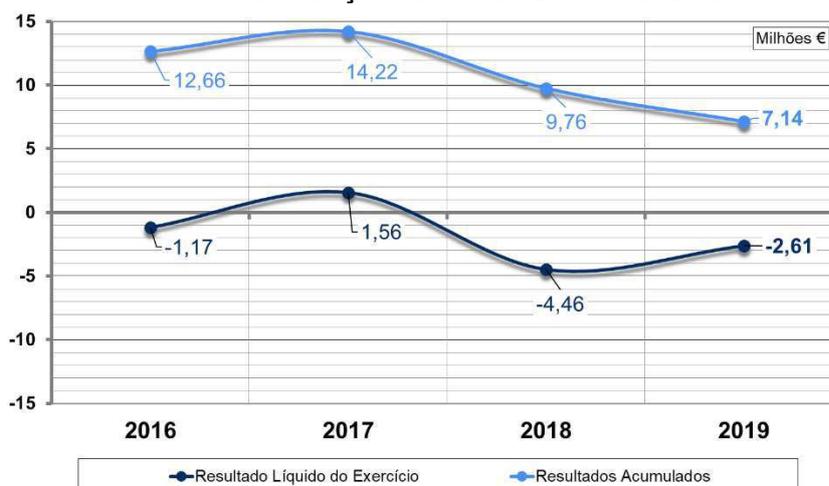
#### Indicadores de natureza orçamental:

| Indicadores Orçamentais                   |
|---|
| Grau de Execução Orçamental da receita    |
| Grau de Execução Orçamental da despesa    |
| Indicador de estrutura da receita efetiva |
| Indicador de estrutura da despesa efetiva |
| Saldo Corrente                            |
| Saldo de Capital                          |
| Saldo Primário                            |
| Saldo Global                              |
| Grau de realização das liquidações        |
| Grau de execução das obrigações           |

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2018 reflete um **Resultado Líquido do exercício negativo (-2.614.674,98€)**, essencialmente explicado pelo facto de a contabilização de transferências de capital (**4.279.406,00€**), de acordo com o SNC-AP, ser registada em "outras variações do património líquido", logo, sem qualquer influxo na Demonstração de Resultados.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira. A evolução dos Resultados Líquidos apurados no último quadriénio consta do gráfico 16, que a seguir se apresenta:

**Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS**



### Rácios de Liquidez

| Rácios de Liquidez |      |
|--------------------|------|
| Liquidez Geral     | 2,97 |
| Liquidez Reduzida  | 2,84 |
| Liquidez Imediata  | 0,96 |

#### Rácio de Liquidez Geral:

Representa a capacidade de a entidade cobrir os seus compromissos de curto prazo. Apresentando um valor superior a 1 – no exercício de 2019 atingiu 2,97 - indica uma elevada capacidade honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo.

De igual modo, a AR regista uma situação financeira de curto prazo favorável, sem prejuízo de se conjugarem estes rácios com os tempos médios de pagamento e de recebimento verificados.

#### Rácio de Liquidez Reduzida

Tal como o rácio de Liquidez Geral, representa a capacidade da entidade em cobrir os seus compromissos de curto prazo, expurgando as mercadorias, sendo o seu rácio necessariamente menor que o de Liquidez Geral.

#### Rácio de Liquidez Imediata

Corresponde a indicador mais restrito para avaliar a capacidade de uma organização em cumprir as suas obrigações de curto prazo, constituindo um teste mais exigente aos seus níveis de liquidez.

Expressa a capacidade de pagar as dívidas correntes, num cenário de cessação imediata de rendimentos e réditos provenientes de atividades operacionais.

Traduzindo uma avaliação de muito curto prazo, um rácio próximo de 1, indica uma elevada capacidade de cumprir as obrigações, se todas as responsabilidades se tornarem exigíveis de forma imediata.

### Rácios de Rentabilidade

| Rácios de Rentabilidade                                |       |
|--|-------|
| Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN) | 1,00  |
| Taxa de Margem Bruta (TMB)                             | 0,70  |
| Rentabilidade do Património Líquido (RPL)              | -0,04 |
| Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)               | -0,03 |

#### Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios

O valor positivo do rácio resulta do contributo negativo do numerador e do denominador (RO/VN), considerando que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) é em grande medida explicado pelo EBIT (*Earnings before interest and taxes*).

Nestes termos e perante um RLE praticamente idêntico ao Resultado Operacional e operações financeiras residuais, entende-se a proximidade de valores entre os dois termos.

O EBIT como indicador pretende demonstrar o Resultado Operacional da AR, isto é, a relação entre rendimentos e ganhos operacionais e após depreciações e amortizações.

#### Taxa de Margem Bruta

O rácio apresenta um valor de 0,7 traduzindo, ao ser inferior a 1, que a entidade incorre em gastos superiores aos rendimentos nas operações geradoras de receita. Este é, contudo, um cenário normal e expectável em entidades não comerciais ou industriais e, por génese, sem fins lucrativos.

#### Rentabilidade do Património Líquido

O RLE negativo justifica o sinal negativo do rácio, o valor residual do rácio – estabilizado em 0,04 - é justificado pelo elevado valor do património líquido.

#### Resultado Operacional do Ativo

O EBIT negativo justifica o sinal negativo do resultado, já o valor residual do rácio é justificado pelo elevado valor do ativo.

NOTA: Os valores apresentados nos rácios de rentabilidade, apesar de negativos, justificam-se pela atividade não comercial e não industrial desenvolvida, assim como pelo papel desempenhado pela AR na sociedade, a sua orientação para o bem e benefício público em detrimento do lucro. A criação de valor gerada pela AR traduz, de facto valores de *goodwill* intangíveis e não capturados nos rácios de rentabilidade tradicionais.

### Rácio de Atividade

| Rátios de Atividade                    |        |
|--|--------|
| Grau de Rotação do Ativo (GRA)         | 0,38%  |
| Prazo Médio de Inventários (PMI) Total | 10,6 d |
| Prazo Médio de Pagamentos (PMP)        | 5,97 d |

#### Grau de Rotação do Ativo

Apresenta um valor residual de 0.38% indicando ser essa a contribuição do ativo para as vendas.

#### Prazo Médio de Inventários (PMI)

Este rácio permite avaliar o prazo médio de permanência de inventários em armazém, traduzindo-se no período médio que cada artigo permanece em armazém antes da sua venda ou consumo.

#### Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Através deste rácio podemos concluir que a AR demora, em termos médios, cerca de 6 dias a cumprir com as suas obrigações perante os seus fornecedores.

### Rácio de estrutura Financeira

| Rátios de Estrutura Financeira           |      |
|--|------|
| Autonomia Financeira                     | 0,83 |
| Solvabilidade                            | 5,04 |
| Grau de cobertura dos gastos financeiros | N/A  |
| Endividamento                            | 0,17 |

#### Autonomia Financeira

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2019 foi de 0,83, representando total autonomia e superando o exigido, face a um valor referencial de boa prática igual ou superior a 0,33.

#### Endividamento

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por **Endividamento** (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2019, um valor de 0,17, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

#### Solvabilidade

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma empresa em pagar os seus compromissos devendo o seu valor ser, preferencialmente, superior a 0,5. No exercício de 2019 a AR apresenta, para este indicador, um valor de 5,04, sendo um forte indicador de robustez.

### Grau de cobertura de gastos financeiros

Uma vez que não existem encargos financeiros este rácio é inconclusivo.

### Endividamento

Indica a percentagem do passivo financiado pelo ativo, ou seja, indica a percentagem de ativos da empresa que responde pelos passivos.

Quadro resumo com os indicadores económico-financeiros para os dois anos:

#### Indicadores Económico-Financeiros

| Dimensão                    | Indicador  | Ano 2018 | Ano 2019        | Var.  |
|-----------------------------|--|----------|-----------------|-------|
| <b>Liquidez</b>             |  |          |                 |       |
|                             | Liquidez Geral   | 3,22     | <b>2,97</b>     | -0,26 |
|                             | Liquidez Reduzida  | 3,08     | <b>2,84</b>     | -0,24 |
|                             | Liquidez Imediata  | 0,95     | <b>0,96</b>     | 0,00  |
| <b>Rentabilidade</b>        |  |          |                 |       |
|                             | Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)           | 1,00     | <b>1,00</b>     | 0,00  |
|                             | Taxa de Margem Bruta (TMB)                                       | 0,62     | <b>0,70</b>     | 0,07  |
|                             | Rentabilidade do Património Líquido (RPL)                        | -0,07    | <b>-0,04</b>    | 0,03  |
|                             | Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)                         | -0,06    | <b>-0,03</b>    | 0,02  |
| <b>Atividade</b>            |  |          |                 |       |
|                             | Grau de Rotação do Ativo (GRA)                                   | 0,0038   | <b>0,0038</b>   | 0,00  |
|                             | Prazo Médio de Inventários (PMI)                                 | 12,6     | <b>10,6</b>     | -2,07 |
|                             | Prazo Médio de Recebimentos (PMR)                                | n.aplic. | <b>n.aplic.</b> |       |
|                             | Prazo Médio de Pagamentos (PMP)                                  | 7,9      | <b>6,0</b>      | -1,89 |
|                             | Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas | n.aplic. | <b>n.aplic.</b> |       |
| <b>Estrutura Financeira</b> |  |          |                 |       |
|                             | Autonomia Financeira   | 0,85     | <b>0,83</b>     | -0,01 |
|                             | Solvabilidade  | 5,59     | <b>5,04</b>     | -0,55 |
|                             | Grau de cobertura dos gastos financeiros                         | n.aplic. | <b>n.aplic.</b> |       |
|                             | Endividamento  | 0,15     | <b>0,17</b>     | 0,01  |

Considerando a forma de contabilização, das transferências de capital do OE para a AR, prevista pelo SNC-AP, diretamente no Balanço, não se verificaram alterações significativas com impacto na posição financeira da AR.

Por outro lado, podemos constatar que, ao nível dos indicadores de Liquidez e de Solvabilidade, a variação verificada traduz os efeitos das transferências de excedentes de subvenção estatal para financiamento de campanhas eleitorais para a DGO, relativo a processos cuja execução se realizou sobretudo ao longo de 2018 ou anos anteriores, refletindo em 2019 essencialmente saldos remanescentes de processos não concluídos, como é por exemplo o caso das eleições autárquicas de 2017.

### Indicadores Orçamentais

Apresenta-se de seguida os indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar e analisar as relações entre as várias componentes das demonstrações orçamentais:

#### Despesa efetiva

Corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

#### Despesa primária

Corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

#### Despesa total

Corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

#### Receita efetiva

Corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

#### Receita total

Corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

#### Saldo corrente

Corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

#### Saldo de capital

Corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

#### Saldo global

Corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

#### Saldo primário

Corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

### Indicadores Orçamentais

|   |                       |  |
|---|-----------------------|--|
| Grau de Execução Orçamental da receita    | <b>0,97</b>           | Poderá apresentar valores superiores a 1 caso a receita cobrada líquida ultrapasse as previsões corrigidas,  |
| Grau de Execução Orçamental da despesa    | <b>0,72</b>           | este rácio nunca poderá ser superior a 1, dado que a dotação constante do orçamento da despesa constitui o limite máximo a utilizar na realização desta.                                 |
| Indicador de estrutura da receita efetiva | <b>1,0</b>            | Corresponde ao peso de cada uma das componentes/naturezas da receita efetiva em relação à receita efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da receita efetiva. |
| Indicador de estrutura da despesa efetiva | <b>1,0</b>            | Corresponde ao peso de cada uma das componentes/naturezas da despesa efetiva em relação à despesa efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da despesa efetiva. |
| Saldo Corrente                            | <b>-1.231.041,79€</b> |  |
| Saldo de Capital                          | <b>1.256.950,54€</b>  |  |
| Saldo Primário                            | <b>602.459,06€</b>    |  |
| Saldo Global                              | <b>599.429,39€</b>    |  |

|                                    |     |   |
|------------------------------------|-----|---|
| Grau de realização das liquidações | 1,0 | Este rácio compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas de determinada entidade. |
| Grau de execução das obrigações    | 1,0 | Este rácio compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas de determinada entidade.    |

Em complemento aos saldos acima apresentados em observação do modelo de prestação de contas preconizado pela Norma Técnica n.º1/2017 e pela Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, salienta-se que o **Saldo de Gerência da AR a 31/12/2019** é de **34.977.278,32€**, dos quais 25.140.848,22€ são saldo da AR e 9.836.430,10€ saldo de subvenções para as campanhas eleitorais (cfr. Demonstração do Desempenho Orçamental para o exercício de 2019).



## **Nota Final**

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-Geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-Geral  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Apoio Parlamentar  
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Vasco Eduardo Gonçalves Cipriano

Divisão de Apoio às Comissões  
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Divisão de Redação  
Maria Cacilda Pereira Martins Bastos Nordeste

Direção de Informação e Cultura  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Biblioteca  
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Divisão de Edições  
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Divisão Museológica e para a Cidadania  
Cristina Maria Realinho Ribeiro

Direção Administrativa e Financeira  
Maria João da Silva Costa

Divisão de Recursos Humanos e Formação  
Laura Teimão Lopes Costa

Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira

Direção de Relações Internacionais, Públicas e de Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação  
Dalila Xavier Dias Maulide



Divisão de Relações Públicas e Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes

Direção de Tecnologias de Informação  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Divisão de Infraestruturas Tecnológicas  
Jorge Filipe Marques Félix

Divisão de Sistemas de Informação  
Nuno Filipe Ávila França

Gabinete de Controlo e Auditoria  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Comunicação  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

# ERRATA AO RELATÓRIO DE GESTÃO DA GERÊNCIA 2019

## DGF, 16/06/2020

**Página 55**

Quadro 19 – Execução Orçamental e Financeira

Onde é lido:

| DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA       | Dotação corrigida<br>1 | OAR2019 Encargos Assumidos<br>2 | Despesa Paga<br>3     | GR%                      |                          |
|---|------------------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|
|   |                        |                                 |                       | Orçamental<br>4<br>(2/1) | Financeira<br>5<br>(3/1) |
| Corrente                                  | 80 739 754,00          | 64 027 543,19                   | 62 623 910,40         | 79,3%                    | 77,6%                    |
| <b>Despesas com Pessoal</b>               | <b>53 056 840,90</b>   | <b>48 355 422,83</b>            | <b>48 335 973,73</b>  | <b>91,1%</b>             | <b>91,1%</b>             |
| Remun. certas e permanentes               | 39 934 542,75          | 37 059 287,55                   | 37 039 950,52         | 92,8%                    | 92,8%                    |
| Abonos variáveis ou eventuais             | 3 814 675,15           | 2 982 307,61                    | 2 982 307,61          | 78,2%                    | 78,2%                    |
| Segurança social                          | 9 307 623,00           | 8 313 827,67                    | 8 313 715,60          | 89,3%                    | 89,3%                    |
| <b>Aquisição de bens e serviços</b>       | <b>19 188 042,50</b>   | <b>14 369 238,18</b>            | <b>12 985 140,33</b>  | <b>74,9%</b>             | <b>67,7%</b>             |
| Aquisição de bens                         | 1 637 131,00           | 1 112 415,59                    | 941 101,19            | 67,9%                    | 57,5%                    |
| Aquisição de serviços                     | 17 550 911,50          | 13 256 822,59                   | 12 044 039,14         | 75,5%                    | 68,6%                    |
| <b>Juros e outros encargos</b>            | <b>4 000,00</b>        | <b>3 029,67</b>                 | <b>3 029,67</b>       | <b>75,7%</b>             | <b>75,7%</b>             |
| Juros e outros encargos                   | 4 000,00               | 3 029,67                        | 3 029,67              | 75,7%                    | 75,7%                    |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>65 817,00</b>       | <b>60 017,00</b>                | <b>60 017,00</b>      | <b>91,2%</b>             | <b>91,2%</b>             |
| Entidades Privadas ou Públicas            | 60 017,00              | 60 017,00                       | 60 017,00             | 100,0%                   | 100,0%                   |
| Exterior                                  | 5 800,00               | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Subvenções</b>                         | <b>945 128,87</b>      | <b>941 156,00</b>               | <b>941 156,00</b>     | <b>99,6%</b>             | <b>99,6%</b>             |
| Subvenção aos Grupos Parlam.              | 945 128,87             | 941 156,00                      | 941 156,00            | 99,6%                    | 99,6%                    |
| <b>Outras despesas correntes</b>          | <b>7 479 924,73</b>    | <b>298 679,51</b>               | <b>298 593,67</b>     | <b>4,0%</b>              | <b>4,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 7 130 589,73           | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| Diversas                                  | 349 335,00             | 298 679,51                      | 298 593,67            | 85,5%                    | 85,5%                    |
| <b>Capital</b>                            | <b>12 652 906,00</b>   | <b>3 403 900,59</b>             | <b>2 307 765,77</b>   | <b>26,9%</b>             | <b>18,2%</b>             |
| <b>Aquisição de bens de capital</b>       | <b>7 163 905,00</b>    | <b>3 394 559,97</b>             | <b>2 303 095,46</b>   | <b>47,4%</b>             | <b>32,1%</b>             |
| Investimentos                             | 6 163 905,00           | 2 520 220,58                    | 1 903 373,76          | 40,9%                    | 30,9%                    |
| Bens do Domínio Público                   | 1 000 000,00           | 874 339,39                      | 399 721,70            | 87,4%                    | 40,0%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>18 000,00</b>       | <b>9 340,62</b>                 | <b>4 670,31</b>       | <b>51,9%</b>             | <b>25,9%</b>             |
| Resto do Mundo                            | 18 000,00              | 9 340,62                        | 4 670,31              | 51,9%                    | 25,9%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>5 471 001,00</b>    | <b>0,00</b>                     | <b>0,00</b>           | <b>0,0%</b>              | <b>0,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 5 471 001,00           | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Total AR</b>                           | <b>93 392 660,00</b>   | <b>67 431 443,78</b>            | <b>64 931 676,17</b>  | <b>72,2%</b>             | <b>69,5%</b>             |
| <b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b> | <b>47 054 191,78</b>   | <b>36 863 545,68</b>            | <b>36 863 545,68</b>  | <b>78,3%</b>             | <b>78,3%</b>             |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>12 230 856,00</b>   | <b>11 589 443,00</b>            | <b>11 589 443,00</b>  | <b>94,8%</b>             | <b>94,8%</b>             |
| Administração Central                     | 12 230 856,00          | 11 589 443,00                   | 11 589 443,00         | 94,8%                    | 94,8%                    |
| <b>Subsídios/ Subvenções</b>              | <b>33 598 453,95</b>   | <b>24 057 463,85</b>            | <b>24 057 463,85</b>  | <b>71,6%</b>             | <b>71,6%</b>             |
| Instituiç. s/ fins lucrativos             | 33 598 453,95          | 24 057 463,85                   | 24 057 463,85         | 71,6%                    | 71,6%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>442 226,00</b>      | <b>433 983,00</b>               | <b>433 983,00</b>     | <b>98,1%</b>             | <b>98,1%</b>             |
| Administração Central                     | 442 226,00             | 433 983,00                      | 433 983,00            | 98,1%                    | 98,1%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>782 655,83</b>      | <b>782 655,83</b>               | <b>782 655,83</b>     | <b>100,0%</b>            | <b>100,0%</b>            |
| Saldos - Devolução Tesouro                | 782 655,83             | 782 655,83                      | 782 655,83            | 100,0%                   | 100,0%                   |
| <b>Total Global</b>                       | <b>140 446 851,78</b>  | <b>104 294 989,46</b>           | <b>101 795 221,85</b> | <b>74,3%</b>             | <b>72,5%</b>             |

Deve ser lido:

| DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA       | Dotação corrigida<br>1 | OAR2019 Encargos Assumidos<br>2 | Despesa Paga<br>3     | GR%                      |                          |
|---|------------------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|
|   |                        |                                 |                       | Orçamental<br>4<br>(2/1) | Financeira<br>5<br>(3/1) |
| Corrente                                  | 80 739 754,00          | 64 027 543,19                   | 62 623 910,40         | 79,3%                    | 77,6%                    |
| <b>Despesas com Pessoal</b>               | <b>53 056 840,90</b>   | <b>48 355 422,83</b>            | <b>48 347 227,32</b>  | <b>91,1%</b>             | <b>91,1%</b>             |
| Remun. certas e permanentes               | 39 934 542,75          | 37 059 287,55                   | 37 051 204,11         | 92,8%                    | 92,8%                    |
| Abonos variáveis ou eventuais             | 3 814 675,15           | 2 982 307,61                    | 2 982 307,61          | 78,2%                    | 78,2%                    |
| Segurança social                          | 9 307 623,00           | 8 313 827,67                    | 8 313 715,60          | 89,3%                    | 89,3%                    |
| <b>Aquisição de bens e serviços</b>       | <b>19 188 042,50</b>   | <b>14 369 238,18</b>            | <b>12 973 886,74</b>  | <b>74,9%</b>             | <b>67,6%</b>             |
| Aquisição de bens                         | 1 637 131,00           | 1 112 415,59                    | 941 101,19            | 67,9%                    | 57,5%                    |
| Aquisição de serviços                     | 17 550 911,50          | 13 256 822,59                   | 12 032 785,55         | 75,5%                    | 68,6%                    |
| <b>Juros e outros encargos</b>            | <b>4 000,00</b>        | <b>3 029,67</b>                 | <b>3 029,67</b>       | <b>75,7%</b>             | <b>75,7%</b>             |
| Juros e outros encargos                   | 4 000,00               | 3 029,67                        | 3 029,67              | 75,7%                    | 75,7%                    |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>65 817,00</b>       | <b>60 017,00</b>                | <b>60 017,00</b>      | <b>91,2%</b>             | <b>91,2%</b>             |
| Entidades Privadas ou Públicas            | 60 017,00              | 60 017,00                       | 60 017,00             | 100,0%                   | 100,0%                   |
| Exterior                                  | 5 800,00               | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Subvenções</b>                         | <b>945 128,87</b>      | <b>941 156,00</b>               | <b>941 156,00</b>     | <b>99,6%</b>             | <b>99,6%</b>             |
| Subvenção aos Grupos Parlam.              | 945 128,87             | 941 156,00                      | 941 156,00            | 99,6%                    | 99,6%                    |
| <b>Outras despesas correntes</b>          | <b>7 479 924,73</b>    | <b>298 679,51</b>               | <b>298 593,67</b>     | <b>4,0%</b>              | <b>4,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 7 130 589,73           | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| Diversas                                  | 349 335,00             | 298 679,51                      | 298 593,67            | 85,5%                    | 85,5%                    |
| <b>Capital</b>                            | <b>12 652 906,00</b>   | <b>3 403 900,59</b>             | <b>2 307 765,77</b>   | <b>26,9%</b>             | <b>18,2%</b>             |
| <b>Aquisição de bens de capital</b>       | <b>7 163 905,00</b>    | <b>3 394 559,97</b>             | <b>2 303 095,46</b>   | <b>47,4%</b>             | <b>32,1%</b>             |
| Investimentos                             | 6 163 905,00           | 2 520 220,58                    | 1 903 373,76          | 40,9%                    | 30,9%                    |
| Bens do Domínio Público                   | 1 000 000,00           | 874 339,39                      | 399 721,70            | 87,4%                    | 40,0%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>18 000,00</b>       | <b>9 340,62</b>                 | <b>4 670,31</b>       | <b>51,9%</b>             | <b>25,9%</b>             |
| Resto do Mundo                            | 18 000,00              | 9 340,62                        | 4 670,31              | 51,9%                    | 25,9%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>5 471 001,00</b>    | <b>0,00</b>                     | <b>0,00</b>           | <b>0,0%</b>              | <b>0,0%</b>              |
| Dotação provisional                       | 5 471 001,00           | 0,00                            | 0,00                  | 0,0%                     | 0,0%                     |
| <b>Total AR</b>                           | <b>93 392 660,00</b>   | <b>67 431 443,78</b>            | <b>64 931 676,17</b>  | <b>72,2%</b>             | <b>69,5%</b>             |
| <b>Transf. Ent. Aut. &amp; subvenções</b> | <b>47 054 191,78</b>   | <b>36 863 545,68</b>            | <b>36 863 545,68</b>  | <b>78,3%</b>             | <b>78,3%</b>             |
| <b>Transferências correntes</b>           | <b>12 230 856,00</b>   | <b>11 589 443,00</b>            | <b>11 589 443,00</b>  | <b>94,8%</b>             | <b>94,8%</b>             |
| Administração Central                     | 12 230 856,00          | 11 589 443,00                   | 11 589 443,00         | 94,8%                    | 94,8%                    |
| <b>Subsídios/ Subvenções</b>              | <b>33 598 453,95</b>   | <b>24 057 463,85</b>            | <b>24 057 463,85</b>  | <b>71,6%</b>             | <b>71,6%</b>             |
| Instituiç. s/ fins lucrativos             | 33 598 453,95          | 24 057 463,85                   | 24 057 463,85         | 71,6%                    | 71,6%                    |
| <b>Transferência de Capital</b>           | <b>442 226,00</b>      | <b>433 983,00</b>               | <b>433 983,00</b>     | <b>98,1%</b>             | <b>98,1%</b>             |
| Administração Central                     | 442 226,00             | 433 983,00                      | 433 983,00            | 98,1%                    | 98,1%                    |
| <b>Outras despesas de capital</b>         | <b>782 655,83</b>      | <b>782 655,83</b>               | <b>782 655,83</b>     | <b>100,0%</b>            | <b>100,0%</b>            |
| Saldos - Devolução Tesouro                | 782 655,83             | 782 655,83                      | 782 655,83            | 100,0%                   | 100,0%                   |
| <b>Total Global</b>                       | <b>140 446 851,78</b>  | <b>104 294 989,46</b>           | <b>101 795 221,85</b> | <b>74,3%</b>             | <b>72,5%</b>             |

### Justificação/fundamentação à errata

Registou-se um somatório de valores na linha de despesa errada na coluna 3 (Despesa Paga).

Foram erradamente somados 11.253,59€ em Aquisições de Serviços (12.044.039,14€ para 12.032.785,55€), quando deveriam ter sido somados em Remunerações Certas e Permanentes (de 37.039.950,52€ para 37.051.204,11€).

**Página 60**

Onde é lido:

«A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2018 reflete um **Resultado Líquido do exercício negativo (-2.614.674,98€),...**»

Deve ser lido

«A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2019 reflete um **Resultado Líquido do exercício negativo (-2.613.110,66€),...**»

### Justificação/fundamentação à errata

Referência ao ano errado (2018) e referência ao Resultado líquido de 2019, tendo sido espelhado o valor correspondente ao resultado operacional de 2019.

# ERRATA ÀS NOTAS EXPLICATIVAS AO ANEXO ÀS DF's 2019

DGF, 16/06/2020

## Página 26

Quadro 19 – Benefícios dos empregados e encargos da AR

Onde é lido:

| <i>[Valores em euros (€)]</i> |   |                      |                      |
|-------------------------------|---|----------------------|----------------------|
| Conta                         | Descrição   | 31/dez/19            | 31/dez/18            |
|                               | <b>Gastos com o pessoal</b>                       | <b>48.314.707,57</b> | <b>47.125.073,83</b> |
| #630                          | Remunerações dos titulares de órgãos de soberania | 15.190.063,66        | 15.785.644,01        |
| #632                          | Remunerações do pessoal                           | 24.252.809,42        | 22.618.517,53        |
| #634                          | Indemnizações por Cessação de Funções             | 173.646,31           | 51.048,94            |
| #635                          | Encargos sobre remunerações                       | 8.176.428,98         | 7.815.860,69         |
| #636                          | Despesas de saúde                                 | 146.372,10           | 84.792,81            |
| #638                          | Outros custos com o pessoal                       | 38.290,24            | 65.983,36            |
| #639                          | Prestações sociais diretas                        | 337.096,86           | 703.226,49           |

Deve ser lido:

| <i>[Valores em euros (€)]</i> |   |                      |                      |
|-------------------------------|---|----------------------|----------------------|
| Conta                         | Descrição   | 31/dez/19            | 31/dez/18            |
|                               | <b>Gastos com o pessoal</b>                       | <b>48.304.096,02</b> | <b>47.125.073,83</b> |
| #630                          | Remunerações dos titulares de órgãos de soberania | 15.190.063,66        | 15.785.644,01        |
| #632                          | Remunerações do pessoal                           | 24.214.201,96        | 22.618.517,53        |
| #634                          | Indemnizações por Cessação de Funções             | 173.646,31           | 51.048,94            |
| #635                          | Encargos sobre remunerações                       | 8.204.424,89         | 7.815.860,69         |
| #636                          | Despesas de saúde                                 | 146.372,10           | 84.792,81            |
| #638                          | Outros custos com o pessoal                       | 38.290,24            | 65.983,36            |
| #639                          | Prestações sociais diretas                        | 337.096,86           | 703.226,49           |

### Justificação/fundamentação à errata

O valor total de Benefícios e encargos refletido inicialmente no quadro 19 (48.314.707,57€), não englobou na sua construção os valores que resultaram da contabilização de acréscimos de gastos de pessoal 2019 e de desconhecimento de acréscimos de gastos de pessoal 2018 (num valor líquido global de -10.611,55€, que se traduziram na conta 632-remunerações de pessoal (de 24.252.809,42€ para 24.214.201,96€) e na conta 635- encargos sobre remunerações (de 8.176.428,98€ para 8.204.424,89€).